

Diário do Legislativo de 22/09/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 38ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Coral Canarinhos de Itabirito pelos 35 Anos de Sua Fundação

1.2 - 68ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 38ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/9/2009

Presidência dos Deputados Célio Moreira e Jayro Lessa

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Exibição de vídeo - Palavras do Deputado Célio Moreira - Entrega de placa - Palavras da Sra. Jamile Elias Isaac e Machado - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Dinis Pinheiro - Célio Moreira - Jayro Lessa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Célio Moreira) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Jayro Lessa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Coral Canarinhos de Itabirito pelos 35 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa as Exmas. Sras. Jamile Elias Isaac e Machado, Presidente do Coral Canarinhos de Itabirito, e Ana Maria Domingos Marinho Silva, Presidente Benemérita do mencionado Coral; os Exmos. Srs. Alexander Silva Salvador de Oliveira, Prefeito Municipal de Itabirito; Ubiraney de Figueiredo Silva, Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo de Itabirito; e Hércio Rodrigues Pereira, maestro do Coral da Usiminas-BH e ex-maestro do Coral Canarinhos de Itabirito; e o Revmo. Sr. Pe. Joel Roberto Alvim Carreira Júnior, Pároco da Igreja São Sebastião e São Vicente, do Bairro Santa Amélia, em Belo Horizonte.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença da Exma. Sra. Mariani Rodrigues Moreira Braga e do Exmo. Sr. Leonides Machado Filho, ex-Presidentes do Coral Canarinhos de Itabirito.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Coral Canarinhos de Itabirito, nosso homenageado, sob a regência do maestro Eric Lana.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente (Deputado Jayro Lessa) - Com a palavra, para seu pronunciamento, o Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Deputado Célio Moreira

Sra. Jamile Elias Isaac e Machado, Presidente do Coral Canarinhos de Itabirito - é uma honra muito grande receber a senhora e o Coral; hoje, cerca de 300 Municípios mineiros acompanham esta reunião especial ao vivo e têm a oportunidade de apreciar o talento dos cantores do Coral Canarinhos de Itabirito -; Exmo. Sr. Alexander Silva Salvador de Oliveira, Prefeito de Itabirito; Exmo. Sr. Ubiraney de Figueiredo Silva, Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo de Itabirito; Revmo. Pe. Joel Roberto Alvim Carreira Júnior, meu amigo e pároco da Igreja São Sebastião e São Vicente, do Bairro Santa Amélia e da Arquidiocese de Belo Horizonte; Sra. Ana Maria Domingos Marinho Silva, nossa Presidente Benemérita do Coral Canarinhos de Itabirito; Sr. Hércio Rodrigues Pereira, ex-maestro dos Canarinhos de Itabirito e maestro do Coral da Usiminas-BH; senhoras e senhores; pessoal que nos acompanha por meio da TV Assembleia, o Plenário desta Casa tem a honra de receber, nesta noite, o Coral Canarinhos de Itabirito, que aqui era aguardado há mais de um ano para receber a homenagem que há muito se faz justa e oportuna. Nossos homenageados dispensam apresentação, já que seu cantar já cruzou fronteiras. Foi destaque na mídia nacional e tem seu eco encravado nas entranhas do Teatro Municipal. Contudo, peço sua paciência para contar a história de que são ilustres protagonistas. Havia, entre nós, grande pássaro, incorporado num homem de fala suave e de invejável musicalidade, a quem Deus confiara a missão de pastorear almas. Dotou-o o Criador de talentos múltiplos, entre eles o de evangelizar, dom tão proeminente em sua alma quanto o de formar músicos. Onde pousava, o pássaro costumava lançar semente, que logo se transformava em um coral. De certa feita, fez seu ninho em Itabirito, para conduzir um novo rebanho. Sua sensibilidade aguçada logo percebeu, entre aquelas montanhas, a forte sonoridade musical e a conveniência de usar seu talento em proveito das crianças daquele lugar. Enquanto cuidava das almas, cooptava também os futuros músicos no próprio catecismo. Os talentos se revelavam, cantando "Parabéns pra Você". O grande canário foi buscar ajuda de amigos para a formação do grupo e, para isso, contou com o apoio da Profa. Deise Coimbra, que tinha seu coral em Ouro Preto e era irmã do amigo Pe. Agostinho. Foi assim que, em 1973, nascia o Coral Canarinhos de Itabirito, na Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, pelas mãos do Pe. Francisco Xavier Gomes e da maestrina Maria José Michel Nascimento, reunindo 30 crianças do sexo masculino.

O primeiro concerto aconteceu no dia 23 de setembro, dentro das comemorações do aniversário da cidade. Dois anos depois, a maestrina Ana Maria Domingos Marinho Silva se juntou a Maria José Michel Nascimento na preparação vocal das crianças e também na regência. No ano seguinte, o Coral filia-se à Federação Nacional de Meninos Cantores do Brasil e à Federação Internacional Pueri Cantores. No final daquela década, foi fundado o Grupo de Flautas Doces Menestréis. Em 1980, o Coral participa do IV Congresso Nacional de Meninos Cantores em Divinópolis, Minas Gerais. Estreia com êxito, cantando "A Banda", de Chico Buarque, com arranjo do Pe. Francisco. O grande pássaro manteve-se à frente do Coral por quase uma década e partiu em 1981, aos 62 anos. Deus o devolveu ao céu, seu "habitat", para se juntar aos anjos e quem sabe também reger um coral celestial. O primeiro grande desafio além dos limites do Município foi a apresentação durante uma missa transmitida aos domingos pela extinta TV Itacolomi, já no final da década de 70. Com o ingresso na Federação, o Coral deixou de ser composto apenas por crianças e tornou-se misto, incluindo as vozes sopranos, contraltos, tenores e baixos.

Essa, senhoras e senhores, é parte da história do Coral Canarinhos de Itabirito, que temos hoje a felicidade de homenagear por seus 35 anos de fundação e, daqui a alguns dias, 36 anos, neste mês de setembro. Nesta oportunidade, rendemos tributos também ao seu fundador e a todos que lutaram para manter vivo o sonho do saudoso Pe. Francisco Xavier. Toda grande vitória traz uma história de lutas, de dedicação e suor. E por certo esta semente lançada pelo Pe. Francisco teve de ser cuidada para produzir bons frutos. Para tanto, contou com as mãos cuidadosas e generosas da musicista Ana Maria Domingos Marinho Silva, da Profa. Jamile Isaac e Machado, do ex-canarinho e hoje regente, Eric Lana, maestro e diretor artístico do Coral. Ao longo de sua trajetória pontuada de aplausos e conquistas, o Coral Canarinhos de Itabirito tem feito muito mais que difundir a música, a arte e a cultura. Tem, sobretudo, prestado à sociedade sua contribuição de retirar dos possíveis caminhos da marginalidade e das drogas as crianças e os jovens que dele participam. Além de cumprir a finalidade para que foi criado, que é louvar ao Senhor por meio da música, o grupo segue difundindo também e arte e a cultura, propagando os valores sociais da família, na crença de que a cada dia podemos ir mais adiante, plantando no jovem a semente do amanhã.

Nesses 36 anos de existência, encantaram com seu canto, em apresentações nos Estados de Minas, do Rio, de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e de Pernambuco, levando nas asas a herança musical de seus antepassados em mensagens

sonoras. Assim foi em 2006, quando o Coral Canarinhos de Itabirito se apresentou na Rede Vida, na MBR, no programa eleitoral do Governador Aécio Neves, no programa "Globo Horizonte", no "MGTV", no programa "Terra de Minas" e no "Jornal Nacional".

Em agosto do ano seguinte, foi tema de reportagem do "MGTV", que mostrou as cidades e culturas de Minas. O grupo participou do XIII Congresso Nacional dos Meninos Cantores, em Petrópolis, onde se apresentou ao lado dos 17 corais que compõem a Federação Nacional de Meninos Cantores do Brasil.

Em agosto de 2007, no espetáculo Paixão e Fé, realizado no Grande Teatro do Palácio das Artes, o Coral teve a oportunidade de comemorar seus 34 anos de fundação, com uma apresentação memorável para um grande e comovido público. Ainda nesse ano, a consagração maior: o Coral Canarinhos de Itabirito esteve em Kosovo, no Leste Europeu, a convite do governo desse país, para participar do Congresso Internacional de Canto Coral. Ao lado de 12 corais de países diversos, representou não apenas o Brasil, mas toda a nação latina.

Costumava dizer Pe. Francisco que aquela escola de música era uma sementeira e que de lá saíam muitos músicos. Estava certo o padre em sua profecia. Hoje, ex-canarinhos tornaram-se professores, como Carlos Roberto, que ensina flauta, e Guilherme, formado em canto e professor de técnica vocal. Alguns formaram as próprias bandas, conjuntos, levando consigo o aprendizado recebido, a dedicação aprendida e a disciplina adquirida.

Mas nem tudo tem sido flores nessa caminhada. Ao longo dos anos, a direção da escola de música vem driblando as dificuldades para se manter e manter vivas as sementes lançadas pelo Pe. Francisco. Para completar o orçamento, sua diretoria vale-se de rifas e promoção de festas, venda de latinhas, de quitandas e da renda do brechó. No desafio de manter aceso o ideal de Pe. Francisco, esses homens e mulheres travam uma luta diária para remunerar seus dedicados professores, regentes e colaboradores; que se dedicam a dar forma ao sonho dos cerca de 120 personagens inseridos no projeto: alunos que emprestam a voz, a dedicação, o sacrifício e em troca têm o ensino musical gratuito, nos repertórios sacro, popular e erudito, cantado em várias línguas, entre elas o latim, o italiano, o alemão. Muitos deles conciliam a música com o trabalho formal. Respeitáveis profissionais da música já passaram pelo Coral, entre eles o regente Hécio Rodrigues Pereira, que esteve à frente do grupo de 1984 a 2000; Márcio Miranda Pontes, que assumiu a regência em 1983, dois anos depois da morte do Pe. Francisco; Márcio Lima de Carvalho Souza, natural de Itabirito e que esteve à frente do Coral de 2000 a 2002.

A espécie humana criou para si um protocolo de vida, de deveres e responsabilidades que geralmente convergem para um só propósito: o poder. E gerações sucedem gerações, tornando esse protocolo cada vez mais rígido. Os espaços para a contemplação, para alegrias puras, que de fato alimentam nosso espírito, vão sendo suprimidos cada dia mais, por força de uma busca desesperada, de uma pressa angustiante, num contexto de enganos em que elegemos como importantes apenas os feitos científicos e tecnológicos.

Hoje o Coral Canarinhos nos convida a uma parada para reverenciar o belo, alimentar nosso espírito e dar-lhe asas para uma viagem a um mundo chamado paz. A ideia de que a música exerce poderosa influência sobre o caráter do homem persistiu, em ampla escala, ao longo da Idade Média e da Renascença, até o último século. Esse conceito foi a força inspiradora das vidas criativas dos grandes compositores clássicos e românticos. É claro que cada um deles via a própria música como um dos meios mais poderosos de influir na consciência e na direção da raça humana. Os conceitos mundanos na natureza se manifestam, submetendo a humanidade a grandes flagelos, guerras que se sucedem. A história da humanidade vai seguindo curso sinuoso, em que a fé se silencia em favor das ciências, mas, em meio a tudo isso, a música subsiste, indefinidamente, e nunca deixa de interessar e sensibilizar as mentes e os corações de quantos a ouvem. O nosso Coral Canarinhos de Itabirito vai mais além, seu canto toca-nos fundo a alma, a tal ponto que chegamos a sentir mais viva a presença divina entre nós. Por tudo isso, obrigado e parabéns a cada um de vocês, cantores, maestros, maestrinas, diretores, professores, coordenadores, todos, enfim, que trabalham por esta obra de caráter transformador, que sobretudo nos enche de orgulho. Muito obrigado. Parabéns.

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Célio Moreira a reassumir a condução dos trabalhos.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Deputado Célio Moreira, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega à Sra. Jamile Elias Isaac e Machado, Presidente do Coral Canarinhos de Itabirito, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue traz os seguintes dizeres: "Com a angelical voz de seus jovens cantores, o Coral Canarinhos de Itabirito cativa plateias do Brasil inteiro. De uma versatilidade admirável, seu trabalho abarca estilos que vão do gregoriano ao contemporâneo, unindo a arte à liturgia e suplementando a formação de dezenas de crianças e adolescentes. O Legislativo mineiro congratula-se com o Coral Canarinhos de Itabirito pela comemoração de seus 35 anos de existência".

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Jamile Elias Isaac e Machado

Exmo. Sr. Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, neste ato representando o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho; Exmo. Sr. Alexander Silva Salvador de Oliveira, Prefeito Municipal de Itabirito; Exmo. Sr. Ubiraney de Figueiredo Silva, Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo de Itabirito; Revmo. Pe. Joel Roberto Alvim Carreira Júnior; Exma. Sra. Ana Maria Domingos Marinho Silva, grande amiga e Presidente benemérita do Coral Canarinhos de Itabirito; Exmo. Sr. Eric Lana, maestro do Coral Canarinhos de Itabirito; Exmo. Sr. Hécio Rodrigues Pereira, ex-Maestro do Coral Canarinhos de Itabirito, que hoje é maestro do Coral da Usiminas em Belo Horizonte; autoridades presentes, Diretores do Coral Canarinhos de Itabirito, queridos coralistas, amigos, senhoras e senhores aqui presentes, pequeninos Canarinhos, que nos orgulham com suas presenças; para nós, Diretores, regentes, professores e cantores do Coral Canarinhos de Itabirito, é motivo de muita honra e felicidade estar hoje nesta tão nobre Casa, representação máxima da democracia mineira, e ser destacados com tão ilustre homenagem.

Permitam-me, neste momento, retroceder às nossas origens, citar alguns nomes, para que entendam como é, para nós, importante vivenciarmos este momento. Somos sementes de um sonho. De um sonho realizado de um homem à frente do seu tempo. Um sacerdote, um homem de Deus, um padre compositor e amante da boa arte, que poderia ter resumido sua vida sacerdotal, como o fazem tantos outros, em pregar o Evangelho por meio de suas missas, da catequese, de trabalhos pastorais, etc. Não que isso fosse pouco, mas Pe. Francisco Xavier, nosso fundador, queria mais. Queria louvar ao Senhor por meio da música, do canto, do som dos instrumentos e viu, naqueles meninos que frequentavam sua paróquia, a possibilidade da realização desse sonho. Pe. Francisco foi a nossa sementeira. No início, como em todo trabalho a que nos propomos, não foi fácil, e com Pe. Francisco não seria diferente. Como seduzir aqueles garotos para a música, para a arte, para deixarem de lado o futebol, a bola de gude e tantas brincadeiras para se dedicarem ao estudo da música? Como convencer a seus pais que essa era uma boa opção para a educação de seus filhos? Onde ensaiá-los, com que recursos? Mas Pe. Francisco não desanimou, havia aprendido o valor da perseverança, sabia que, em sua messe, possuía muitos operários e começou a suscitá-los. Suscitou D. Ana Maria, D. Maria José, o Sr. Luiz Carlos, o Sr. José Cristino e muitos outros, para que abraçassem com ele esta causa. E assim nasceu o Coral Canarinhos de Itabirito há exatos 35 anos. O Coral foi sobrevivendo da ajuda de seus amigos incansáveis para realizar suas apresentações, seus concertos e manter motivados aqueles meninos. Mais tarde, fez nascer também, dentro do coro, o Grupo de Flautas Doces Menestréis, incentivando ainda mais aqueles garotos ao aprendizado da música, agora pelos instrumentos. Aos poucos foi também adquirindo o respeito e a credibilidade da comunidade itabiricense, e muitas famílias queriam ter seus filhos cantando no Coral. Era para ele a consagração, o reconhecimento de um

trabalho árduo e, ao mesmo tempo, prazeroso. O nome Os Canarinhos de Itabirito não mais sairia do seio dessa comunidade.

Mas Deus tinha um plano maior para Pe. Francisco e o levou de nós. Naquele momento nos sentimos órfãos. Mas um bom semeador prepara o campo e lança sementes, mesmo que não possa vê-las germinar: Pe. Francisco fez com que, em seu leito de morte, D. Ana Maria promettesse não deixar as sementes morrerem. Isso porque o padre tinha o costume de, por onde passasse, deixar uma manda de coro. Ele alegava que, com sua partida, nada prosseguia, e ele não queria que fosse esse o destino dos Canarinhos, ele não queria terminar essa missão. Mas como esquivar-se dessa missão? D. Maria esquivou-se? Jamais. Os sacrifícios aumentaram: o Coral não possuía sede. Muitas vezes seu palco foi a sala de visitas da casa de D. Ana. Muitos aqui presentes estiveram nessa sala; lá era o local em que os meninos ensaiavam assentadinhos no chão. Quantas merendas vendidas? Quantos brechós? Quantos almoços beneficentes? Mas também quanta generosidade encontrada em todos! Não importava. Deus já havia tirado o pai, mas nos concedera um intercessor, concedera-nos uma mãe. E assim é até hoje. Por muitos anos, D. Ana foi a maestrina, e D. Liz Bastos fiel escudeira à frente do piano. Mas, como bom intercessor, o padre não nos abandonaria: sempre, nos momentos mais difíceis, ele nos suscita novos operários. Foi assim com os regentes Márcio Miranda, Hélcio Rodrigues, Márcio Lima, e agora Eric Lana. Os dois últimos são ex-cantores, o que prova que a sementeira do padre não deixou de germinar, como sempre nos ensina D. Ana. Hoje, senhores, não é diferente: mantemos os mesmos valores, a mesma dedicação e a mesma diretriz deixada pelo padre e perpetuada por D. Ana e seus colaboradores. Graças a Deus e a essa intercessão do Pe. Francisco, o Coral vem crescendo e se profissionalizando a cada dia. Somos filiados à Federação Internacional de Pueri Cantores e à Federação Nacional dos Meninos Cantores, desta última somos um dos coros federados mais antigos. A sementeira é tão fecunda que contamos com vários grupos formados dentro do Coral: Doces Menestréis, quarteto Sons da Terra, Camerata de Cordas Padre Xavier. É para nós, por exemplo, motivo de grande orgulho o Sr. Ubiraney Figueiredo, Secretário de Cultura de Itabirito, ser um ex-canarinho. Também nos orgulha muito o fato de os nossos cantores terem alcançado o 1º e 2º lugares do vestibular da Faculdade de Música da Ufop, e também termos como professor da Faculdade de Música o nosso talentosíssimo regente Eric Lana, sem contar com os outros canarinhos que seguiram carreiras de sucessos em áreas artísticas e não artísticas. Como bem diz D. Ana, não se tem notícia de nenhum ex-canarinho que não tenha se tornado um homem ou uma mulher de caráter e idoneidade e que não seja excelente profissional na área em que escolheu para atuar.

O sonho ultrapassou fronteiras, e o que antes era para ser um coro é agora uma associação cultural que desenvolve um importante papel social na comunidade itabiritense. Temos aos nossos cuidados mais de 120 jovens e crianças e mantemos um relacionamento estreito com suas famílias. Por meio do ensino da música e de outros instrumentos, como a flauta, o violino, a viola e o violoncelo, e ainda por meio do coral de acesso Pequenos Canarinhos e do coral intermediário, prevenimos que as crianças e jovens se embrenhem em caminhos tortuosos. Permitimos a eles o conhecimento da arte, desenvolvendo o gosto pelas diversas formas de cultura, promovendo o intercâmbio cultural que se faz por meio dos vários eventos e congressos de que o Coral participa e, por que não dizer?, aprimorando os valores morais e religiosos, que são premissas do Coral.

Importantes parcerias e apoio vêm surgindo, como é o caso da Prefeitura Municipal, da Associação de Amigos do Coral e de pessoas físicas, que, sensibilizadas pelo trabalho, têm contribuído significativamente para sua continuidade. Também várias organizações e empresas, por meio da contratação de nossos serviços, mantêm-nos vivos, contando hoje, em nosso quadro, com profissionais de extrema qualidade e competência. Neste momento estamos, por intermédio da Prefeitura, tendo a oportunidade de realizar o sonho da aquisição de nossa sede, por meio de um projeto apresentado à Câmara Municipal, que propõe a doação da casa que ocupamos para nossas atividades, de propriedade do Município, para que seja transferida definitivamente para nossas mãos. Quando chegou a notícia desta homenagem, a pergunta que nos ocorreu foi: como nos encontrou, em meio a tantas montanhas de Minas, o Deputado Célio Moreira? E a resposta não demorou a surgir. Quem tem a vida pública e particular pautada nos valores da família e da religiosidade certamente nos encontraria, pois os objetivos afins se atraíram.

Como agradecer ao Deputado? Como não inseri-lo agora como parte dessa história? Existe hoje um divisor de águas: o Coral Canarinhos antes e depois desta homenagem. Sabemos que o tempo se encarregará de retribuí-lo. Mas, em nome de todos esses jovens, de nossa diretoria, de nossa comunidade e de nosso fundador, o saudoso Pe. Francisco, muito obrigada. É o que podemos dizer.

Que Deus o abençoe sempre, como tem feito a nós. E sua homenagem é a mais pura prova disso.

Como dizem os pequeninos e o poeta: "sonho que se sonha junto realiza-se sempre". Muito obrigada.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a uma apresentação musical do Coral Canarinhos de Itabirito, nosso homenageado, que, sob a regência do maestro Eric Lana, interpretará as músicas "Magnificat Aleluia", de Heitor Villa-Lobos; "Soon Ah Will Be Done", de William Dawson; "Arirang", de Kin I Jo; e "Arrastão", de Edu Lobo e Vinícius de Moraes.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Gostaria de cumprimentar toda a Mesa, por intermédio da nossa querida Jamile Elias Isaac e Machado, Presidente do Coral Canarinhos de Itabirito.

Há 35 anos, vêm os Canarinhos de Itabirito levando Brasil afora a estimulante mensagem transmitida pela suavidade de sua voz, que tanto enlevo vem proporcionando aos que têm a feliz oportunidade de escutar um dos melhores corais infantis do País. A ideia iluminada do Pe. Francisco Xavier, ao reunir para cantar um grupo de crianças da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, do histórico Município mineiro, transformou-se na trajetória importante de um grupo de jovens músicos que merece os nossos aplausos e o nosso reconhecimento. A música exerce uma surpreendente influência sobre o ser humano. Além de divertir, relaxar, acalmar ou excitar, ela educa e cura, pois afeta todas as partes do corpo. Por meio das emoções, o som é absorvido por nossas células e interfere nos processos orgânicos, podendo aumentar ou equilibrar o metabolismo. Assim, certos tipos de música causam mudanças na pulsação e na pressão do sangue, minimizam os efeitos da fadiga, acalmam ou levam à excitação.

Basta estarmos no campo audível da música para que sua influência atue sobre nós, alterando também processos puramente intelectuais e mentais. Santo Agostinho encontrava repouso espiritual nos cânticos entoados com suavidade e arte. Jean-Jacques Rousseau comparou a arte do músico ao despertar da natureza adormecida, quando o ritmo e o movimento substituem a imagem ausente do objeto, levando sua presença ao coração do contemplador. Explicou Platão que o ritmo e a harmonia têm sua sede na alma, ao que acrescentou Aristóteles que a música tem o poder de formar a personalidade. Por isso a educação musical, para os gregos, permitia introduzir na alma infantil o amor à beleza e à virtude. Nessa linha, Heitor Villa-Lobos trouxe grande contribuição à música brasileira, infelizmente esquecida pelos grandes projetos da educação nacional. Defendia nosso maior compositor a instituição de um programa de educação musical em todos os níveis educacionais e em todo o território brasileiro, por meio da prática do Canto Orfeônico. Segundo o autor das "Bachianas Brasileiras", cada corpo e cada mente do nosso povo seriam transformados em instrumentos sonoros, pela liberdade de cruzamentos da música erudita, da música popular e da música folclórica com os sons da natureza tropical, do canto dos pássaros, da rítmica assimilada da contribuição africana e do grito dos índios, que via como música pura. Daí sua grande preocupação com o aperfeiçoamento de professores e com a criação de escolas de música, de fanfarras e de corais, como veículos de formação musical da juventude brasileira.

Certamente o maestro Eric Lana sentiu na pele todo esse apelo da música sobre sua vida, ele mesmo um antigo cantor que integrou os Canarinhos de Itabirito e é hoje seu regente, quando o Coral tanto se distingue no cenário musical brasileiro. Os atuais integrantes do grupo podem, desde algum tempo, também desfrutar de formação como instrumentistas, incluindo a aprendizagem da flauta, do violino ou do piano. São exemplos de afinção, de disciplina e de talentos bem-trabalhados, com repertório amplo, executado com o mais alto nível técnico. O futuro e a permanente renovação dos Canarinhos de Itabirito estão promissora e seguramente assegurados por uma estrutura de apoio já consolidada, envolvendo toda a comunidade de seu Município. Em troca, continuarão levando, a todo o Brasil e certamente a outras partes do mundo, sua musicalidade ímpar, para grande orgulho não só de sua cidade como de todo o Estado. Aos jovens arautos da beleza e da mais refinada sensibilidade, todos os nossos agradecimentos e também a expressão de nossa fé na continuidade desse sonho que se realiza a cada apresentação. Muito obrigado!

Antes de encerrar a reunião, gostaria de fazer uma homenagem à Simone, Vice-Presidente. Alguns de vocês sabem que a Tuca, irmã da Simone, é minha assessora. Elas são apaixonadas pelo Coral Canarinhos de Itabirito. Por interseção do Pe. Francisco, ela perguntou como fomos achar os Canarinhos de Itabirito. Sou um pouco familiar da cidade, trabalhei seis anos na Usina Esperança. É com muito orgulho e com muito prazer que surgiu essa solicitação, por intermédio da Tuca, a quem quero parabenizar, como também a Simone.

Esta homenagem traz a oportunidade, e não só para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, mas para mais de 300 Municípios que estão nos acompanhando ao vivo - e depois ela será transmitida para o Estado de Minas Gerais, para Brasília -, de mostrar o talento de cada um de vocês.

Muito obrigado pela existência de vocês, que Deus os abençoe, dê-lhes saúde, força e coragem. Como eu disse, há grandes desafios. Assim, Presidente Jamile, em que for possível ajudar o Coral, pode ter a certeza de que, nesta Assembleia Legislativa, existe um Deputado lutando para o sucesso dos Canarinhos de Itabirito.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 21, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 68ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/9/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos Deputados Paulo Guedes e Padre João; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questões de ordem - Discussão e Votação de Indicações: Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o Cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG -; requerimento do Deputado Ademir Lucas; discurso do Deputado André Quintão; votação do requerimento; aprovação - Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Antônio Maurício Fortini para o Cargo de Diretor da Arsae-MG; requerimento do Deputado Ademir Lucas; aprovação do requerimento - Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Teodoro Alves Lamounier para o Cargo de Diretor da Arsae-MG; requerimento do Deputado Ademir Lucas; aprovação do requerimento - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.168; encerramento da discussão; votação secreta do veto ao § 2º do art. 1º; inexistência de quórum para votação; anulação da votação - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.219; discurso do Deputado Weliton Prado; encerramento da discussão - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pindaça Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Ademir Lucas, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, não ficou bem claro, na ata, um episódio que ocorreu no Plenário, agora à tarde. Na Casa, é comum, e uma regra seguida há muito tempo, a utilização do art. 70. Todos sabem que, quando discutimos o pinga-fogo ou o art. 70, geralmente não há quórum no Plenário. Ficou feio, porque o Deputado Domingos Sávio, Líder da Maioria, pediu o art. 70, falou durante 20 minutos, eu estava inscrito para falar em segundo e, assim que ele terminou, combinado com o Deputado João Leite, eles pediram o encerramento de plano da reunião. Então, isso entristece o nosso Plenário e empobrece a discussão e prejudica o direito do contraditório. Por isso, gostaria que fosse registrada na ata o que realmente vem acontecendo. Também na quarta-feira passada, o Deputado Lafayette de Andrada se dirigiu, de forma muito agressiva, a meu respeito. Pedi o art. 164 e não fui atendido. Da mesma forma, na quinta-feira, no dia

seguinte, o próprio Deputado Lafayette de Andrada ligou para os gabinetes dos Deputados a fim de que ninguém viesse a Plenário. Ou seja, já vi Oposição obstruir. Agora, o governo obstruir para que não haja discussão na Casa, para que não tenha o embate, para que não haja, pelo menos, o direito de você usar o art. 70, falando pelas inscrições... Então, peço que seja registrada na ata essa nossa indignação, porque isso não está pegando bem. Está ficando muito mal para o Governador Aécio Neves o modo como vem agindo o Líder da Maioria da Casa, utilizando esse subterfúgio, ou seja, falam e não nos deixam falar. Discutem e falam o que bem entendem. Por exemplo, eles agrediram o nosso Partido, na semana passada, e o Presidente Lula, e, no momento em que a Oposição vai falar para ter o embate, o contraditório, eles pedem o encerramento de plano. Isso está ficando feio, é uma medida muito antipática de alguns Deputados da base aliada do governo, na Casa. Então, gostaríamos que pelo menos daqui para frente houvesse esse acordo de cavalheiros. Se será usado o art. 70, deixem que todos o utilizem, porque, do contrário, também o PT usará da mesma tática. Se não há quórum, não vai votar. Aí faremos a obstrução. Quero, então, deixar claro que, nos momentos do pinga-fogo e do art. 70, enquanto houver companheiros inscritos, sejam da oposição, sejam da situação, sejam de partido "A" ou "B", peço que deixem o debate acontecer nesta Casa. Já existe a mordacha da imprensa, que é proibida de publicar; já tem um acordo com a imprensa. Se de repente houver um acordo de mais ninguém falar nesta Casa, se blindarem a TV Assembleia, ficará difícil, ficará inadmissível, e teremos talvez de arrumar uma solução para pensar outra forma de agir em Plenário. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir a ata, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, também reivindico que conste na conclusão da ata o que, de fato, aconteceu no Plenário. Foi o seguinte: embora o Deputado Paulo Guedes estivesse inscrito, de acordo com o art. 70 do Regimento Interno, o Deputado João Leite pediu encerramento de plano da reunião. O que percebemos, na tarde de hoje, é de fato a negação de usarmos o que é sagrado. Aqui é o parlamento: "parlar", falar, discutir, debater. Isso foi feito só porque, no pinga-fogo, salientamos que o governo do Estado não investe na saúde como deveria, ou seja, no mínimo 12%. É o 2º pior Estado em investimento na saúde; só perde para o Rio Grande do Sul. Também destacamos no pinga-fogo que, embora não tenha dinheiro para reajuste salarial, o governo o tem para investir em São Paulo, inaugurando lá uma casa onde gastou, conjuntamente, em torno de 5 milhões. O PSDB e o DEM estão fazendo campanha lá, extemporânea, com dinheiro público. Denunciamos isso no pinga-fogo, e depois foi dada oportunidade ao Líder da Maioria de usar o art. 70, negando-se à Oposição o mesmo direito. Foi falta de respeito. É importante constar na ata que, embora o Deputado Paulo Guedes estivesse inscrito para usar a tribuna, onde trataria de assuntos relevantes - e ele estava com um pacote de contas da Cemig -, foi-lhe negado o uso da fala. Aí o Deputado João Leite, do PSDB, solicitou o encerramento da reunião. Não é essa a prática que temos nesta Casa. Nossa prática é de sempre respeitar os Deputados. Às vezes, não há quórum, mas, nas reuniões da tarde, sempre há esse entendimento. A Assembleia não pode copiar essa prática perversa do Executivo, de negar a fala. Quero deixar meu protesto em relação à ata e gostaria que constasse nela que foi negada a fala ao Deputado Paulo Guedes.

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte e não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, de requerimentos e de indicações.

Questões de Ordem

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, é fundamental fazermos o registro de que foi lamentável o ocorrido hoje, à tarde, quando se impediu ao Deputado Paulo Guedes o uso da tribuna. No dia em que esta Casa não puder mais realizar o grande debate do interesse de Minas, sem dúvida alguma estaremos cerceando a democracia. O Deputado Paulo Guedes abordaria vários assuntos de relevante interesse para Minas Gerais, muitas questões seriam discutidas hoje, à tarde. Abordaríamos, por exemplo, duas notícias muito importantes publicadas na imprensa hoje. A primeira mostrando, por um lado, a visão que estão tendo de Minas e, de outro, o que realmente interessa a Minas Gerais. Os jornais de Minas anunciaram que o Governador do Estado inaugurou, em São Paulo, a Casa de Minas Gerais, com dinheiro público, para fazer não se sabe o que naquele Estado. Que interesse está em jogo com a inauguração dessa casa? Será que é para o desfile das lideranças desportivas, dos artistas? Será que é isso que interessa a Minas Gerais? Por outro lado, a imprensa traz uma informação, que é de fundamental importância para Minas Gerais, uma informação do Governador do Piauí. O Governador Wellington Dias está viajando o Brasil inteiro na defesa dos Estados produtores de minério. O Governador aproveita o bom momento que o Brasil está vivendo, especialmente com a descoberta da camada de pré-sal. O Presidente Lula determina a criação de uma nova estatal para isso. Neste momento, o Governador do Piauí traz a notícia de que, no seu Estado, foi descoberta uma jazida de minério de ferro de 2.900.000.000.000t. Ele levanta a importância de se criar uma estatal do minério, porque isso interessa ao Piauí, ao Pará e a Minas Gerais. Em vez de o Governador de Minas ficar abrindo casa em São Paulo, deveria olhar essas coisas. O Governador de São Paulo não está preocupado com Minas Gerais. Ele está querendo todo o "royalty" da camada de pré-sal para São Paulo e Rio de Janeiro. Ele não está preocupado com os outros Estados da Federação. Nós, que somos Estados mineradores, que não somos litorâneos, deveríamos estar preocupados em reforçar o posicionamento do Governador do Piauí, que defende a criação dessa estatal para gerir a produção do minério de ferro. Minas Gerais, que é um Estado líder na produção mineral, tem de se preocupar neste momento. Em vez de ficar reunindo-se com o Governador de São Paulo, deveria preocupar-se em convidar a Governadora do Pará, o Governador do Piauí, os demais Governadores, especialmente aqueles que não estão na costa litorânea, para defender, com muita firmeza, a criação dessa estatal do minério, defender também o aumento da alíquota do minério. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, gostaria de salientar que a exploração do pré-sal deve olhar também os demais Estados brasileiros, não somente São Paulo e Rio de Janeiro. Então, é muito lamentável que, num momento como este, quando o Estado de Minas Gerais passa por dificuldades financeiras, econômicas, com queda na arrecadação, o Governador de Minas inaugure a Casa de Minas, no Estado de São Paulo, junto com o Governador Serra, que nunca teve preocupação com Minas Gerais. Digase de passagem, São Paulo olha Minas como se fosse uma província. Temos de fortalecer a economia mineira, defendendo aquilo que é nossa verdadeira riqueza, que é o nosso minério de ferro.

O Deputado Lafayette de Andrada - Não vou falar mais que um minuto, Sr. Presidente, mas quero deixar clara a diferença entre o verdadeiro estadista e aquele que cai em contos de fadas, em contos da carochinha. O pré-sal, todos sabemos, é um projeto para daqui a 30 anos. Essa discussão que o Deputado Carlin Moura quer encerrar, e ele está afoito para chegar a uma conclusão, é para daqui a 30 anos. Enquanto isso, o Governador Aécio Neves, inaugurando a Casa de Minas em São Paulo, maior polo econômico do Brasil, está querendo buscar investimentos dos industriais de São Paulo para Minas. Está aí a diferença do estadista para aquele que acredita em contos da carochinha. Quero deixar sublinhado, ao contrário do que pareceu, que o eminente Deputado João Leite pediu o encerramento, de plano, da reunião, porque não havia nenhum Deputado em Plenário. Não há debate sem Deputados. Ele estava com a razão e regimentalmente correto em pedir o encerramento de plano da reunião. Eventualmente, alguns Deputados falam, à tarde, quando o Plenário está vazio, quando há um acordo. Não havia nenhum acordo nesse sentido. O Deputado Paulo Guedes, a quem respeito pela coragem e pela luta em favor do Norte de Minas, já havia feito uso da palavra, já havia usado a palavra como orador. De modo que não havia mais ninguém. Isso é até uma falta de respeito com o próprio orador: deixá-lo falando sem ninguém para ouvi-lo. Por isso, regimentalmente e por falta absoluta de quórum, o Deputado João Leite, como não poderia deixar de ser, solicitou o encerramento de plano da reunião. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Weliton Prado - Há muito que se lamentar pelo que tem acontecido aqui, como o ocorrido no período da tarde, porque se trata de uma questão corriqueira nesta Casa. Aliás, tenho a oportunidade de presidir as reuniões e, geralmente, existe acordo de cavalheiros para que, de forma democrática, todos tenham o direito de falar e de expor o que pensam. Então, há muitas coisas que realmente são desagradáveis. Se analisarmos bem, é lamentável a política aplicada pelo governo do Estado na área da valorização dos servidores. É um verdadeiro desrespeito.

Os servidores do Estado de Minas Gerais, principalmente os da área da educação e da segurança pública, são os que têm os menores salários entre todos os servidores do País. Entretanto, o Governador gastará mais de R\$ 2.000.000.000,00 com o novo centro Administrativo. Esse valor poderia garantir um grande investimento na área social, em ciência, em tecnologia e no desenvolvimento. O Estado poderia investir na valorização dos servidores e na segurança, mas, infelizmente isso não acontece. Sabem o que R\$ 2.000.000.000,00 significam? Essa quantia significa vários prêmios da Mega Sena acumulada; nem cabem em todos os dedos das mãos e dos pés juntos. Em torno de mais de 100 prêmios da Mega Sena acumulada. É lamentável a política implementada pelo governo do Estado para os servidores. Aí vemos que a Prefeitura de Belo Horizonte está seguindo o mesmo modelo do governo do Estado. É o mesmo molde, a mesma forma política que não garante a valorização dos servidores, que busca o arroxo salarial com o abono, resultando na desvalorização dessa classe. É muito importante rompermos com essa situação de apatia e de desrespeito para com esses servidores. Outra questão deplorável refere-se à declaração do Prefeito Márcio Lacerda. Foi um verdadeiro abuso, um absurdo o que o Prefeito fez ao dizer que não está preocupado com a greve, pois não há mobilização, não tem nada. Eu estava lá e constatei que havia mais de mil servidores nas ruas protestando. Assim, a saúde paralisou de forma significativa, e o Prefeito Márcio Lacerda não está nem um pouco preocupado com essa situação. Aliás, no Bairro Padre Eustáquio, faleceu uma criança de 4 anos, engasgada com chicletes. Um médico estava de férias, o outro, de licença de saúde, e os demais estavam paralisados. Ou seja, não havia nenhum médico no posto de saúde daquele bairro para prestar atendimento àquela criança que, posteriormente, veio a falecer. Nem assim o Prefeito está preocupado, não está nem aí. Isso é um verdadeiro caos na área da saúde aqui em Belo Horizonte. Não há equipamentos para proteção dos trabalhadores, álcool em gel, sabonete, curativos, toalha, esparadrapo, lençol, medicamentos, nem leitos hospitalares, profissionais de saúde e médicos para a população. Além de tudo isso, que é o mais importante, falta uma política de valorização dos servidores. No entanto, o Prefeito Márcio Lacerda copia a mesma questão do governo do Estado, que diz respeito ao choque de gestão, prejudicando principalmente os servidores, penalizando-os de forma muito dura por querer implementar a política de abono. Então, é importante que haja uma verdadeira mobilização. Temos de romper com esse modelo. Gostaria de parabenizar o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais - Sinmed -, onde estive presente, como também estive na Sindibel. Houve uma grande mobilização dos seus servidores - em torno de mil servidores. Praticamente 90% dos servidores do Hospital Odilon Behrens paralisaram suas atividades, e o Prefeito não está nem aí com a greve, alegando que não há nenhum problema na paralisação. Sua atitude mostra o desrespeito com os servidores e o despreparo para governar. Quando é para dar reajuste no início do ano, como foi dado aos Secretários e ao próximo Prefeito, de 26%, não há problema. Agora, sabe qual foi a proposta para os servidores? 0% de aumento. E na campanha eleitoral o aumento foi prometido. O Prefeito Márcio Lacerda prometeu a valorização dos servidores, mas não cumpriu com o que prometeu. Por isso os servidores estão na rua. Amanhã cedo, haverá assembleia e mobilização dos professores, à qual estaremos presentes. Quando o político prometer, deve cumprir, deve ter palavra; mas, infelizmente, não é o que está acontecendo. É legítima a greve e a mobilização. Em relação à palavra do Deputado Paulo Guedes, é lamentável o fato ocorrido à porta da Assembleia, com os Fiscais da BHTRANS e o deficiente físico, uma falta de democracia. Agradeço e continuaremos firmes ao lado dos servidores, pois estão querendo o que é justo, a valorização. E que o Prefeito Márcio Lacerda discuta, porque, de forma antidemocrática, não quer ouvir os servidores nem discutir. Isso é um absurdo.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, ficou evidente, na fala do colega Lafayette, que está brincando conosco e não está levando a sério as coisas sérias que estão acontecendo na Casa. Ele afirmou, há pouco, que o Deputado João Leite pediu encerramento, de plano, da reunião porque não existia Deputado algum em Plenário. Isso é grave, pois, ou está com problema de visão ou com outro problema. V. Exa. não estava aqui, e deveria estar. Não sei onde V. Exa. estava, mas eu estava naquela tribuna; o Presidente estava conduzindo os trabalhos, os Deputados João Leite e Domingos Sávio estavam presentes, e eu já estava pronto para falar. Portanto, ao afirmar que não existia Deputado algum no Plenário, ou V. Exa. está com problema de visão ou não reconhece que este cidadão também representa o povo nesta Casa. Portanto, tenha um pouco mais de seriedade na hora de fazer suas observações. Da mesma forma V. Exa. foi grosseiro comigo na quarta-feira, ao conceder aparte e retirá-lo depois, esbravejando e de forma antidemocrática. Quero que V. Exa. trate seus companheiros com mais respeito, pois tem voz mansa, de artista de televisão, mas não é como está se conduzindo. V. Exa. não está falando com a verdade, da forma como expôs aqui. Seja menos ator e mais parlamentar.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, é importante votar, pois estamos aqui para apreciar as matérias da pauta, especialmente os vetos do Governador. Mas, Deputado Weliton Prado, independentemente de quem seja o Prefeito de Belo Horizonte no momento, uma reflexão deve ser feita. É bom deixar claro que continua havendo dois governos do PSB e dois governos do PT, ou dois e meio do PT e um e meio do PSB. Em um período tão curto de governo, não podemos atribuir ao Prefeito Márcio Lacerda todos os erros da administração. No mínimo, para sermos sinceros, uma parte teria de ser creditada ao PT e ao primeiro governo e meio do PSB. Muitas vezes, temos de trilhar o caminho das pedras e fazer um discurso mais realista. A segunda questão, referente à queda da arrecadação dos Municípios, é real, principalmente daqueles que dependem do ICMS. Quanto aos Municípios que dependem, basicamente, do Fundo de Participação, o governo Lula tem feito a reposição nos mesmos valores do ano passado, mas não tivemos gestão alguma nesse sentido em relação ao ICMS do Estado. Belo Horizonte é um Município em que o ICMS é fundamental, pois é a maior arrecadação da Prefeitura. O governo tem dificuldades com a arrecadação, e, em um momento desses, seria temerário que o governo Márcio Lacerda fizesse anúncio de aumento, pois sabemos que não teria condições de pagar depois. Em relação às promessas de governo, elas são para quatro anos de mandato, e não para seis, sete ou oito meses. É bom destacar que o Prefeito Márcio Lacerda visitou, até agora, todas as administrações regionais e todas as obras da Prefeitura. Pessoalmente, preferia que ele tivesse maior postura de diálogo com os setores que lutam por moradia, com os servidores que lutam pelos seus salários, mas isso não é característica só dele. Há muitos, no PT, que não são também afeitos ao diálogo, agem de forma, muitas vezes, autoritária. A realidade do Governador do PSDB no Estado não é muito diferente, não. Percebemos também que o diálogo não é facilitado. Estamos numa situação bem interessante, como uma parábola contada pelo filósofo dinamarquês Kierkegaard, que viveu um período muito curto, cerca de 43 anos, no início do século XIX. Kierkegaard conta que havia um circo em uma cidade, e a plateia lotava as arquibancadas do circo. Um palhaço preparava-se para entrar no picadeiro, para fazer sua apresentação. Acontece que começou a pegar fogo nas cortinas do fundo do circo. Apressadamente, o dono do circo pede ao palhaço, que estava preparado para trabalhar, para ir ao picadeiro e anunciar às pessoas que o circo estava pegando fogo. O palhaço gritava que o circo estava pegando fogo, e a plateia toda ria porque achava que era mais uma piada que ele estava contando. Por mais que ele insistisse, todos riam, achando que era uma piada que ele estava contando. Ninguém acreditou na história do palhaço. Naquele dia, aconteceu uma verdadeira tragédia naquela cidade, porque muita gente morreu com o incêndio, quando a lona caiu em cima de muitos. Então, muitas vezes, ficamos numa situação como essa, uma situação na política em que as coisas não têm valor pelo que são, mas pelo que achamos que são ou pelo que falamos. Estamos percebendo que existe uma situação como num circo, no picadeiro, e o fogo está se alastrando. Se aquele que vai anunciar a tragédia é o palhaço, as pessoas podem não acreditar. Penso que hoje há dificuldades financeiras, sim; há problemas no Município, e seria temerário abrir uma discussão num momento como esse.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prometo que serei breve, pois temos ainda matérias importantes para serem votadas. Entretanto gostaria de registrar, nesta noite, uma grave ocorrência que aconteceu hoje, à porta da Assembleia, a Casa do povo, no fim da tarde, no início desta noite, quando, de maneira intempestiva, demonstrando incapacidade e enorme falta de sensibilidade, um agente da BHTRANS criou um tumulto jamais visto nesta Casa. Uma pessoa veio fazer visita a este Deputado, no meu gabinete, e também ao Deputado Rômulo Veneroso. Era uma pessoa já idosa, que há dois meses teve um AVC e encontra-se com grande dificuldade de locomoção, mas, mesmo assim, veio a nossa Casa. Ao retornar, seu motorista, que estava acompanhado de sua filha, deixou o carro à porta da Assembleia e veio até o salão principal desta Casa para buscar essa pessoa e ajudá-la na sua locomoção. Penso que o agente deveria ter multado, sim, porque o condutor cometeu uma infração. Não estamos aqui para incentivar o descumprimento da lei, mas daí a apreender o veículo e colocá-lo em cima do caminhão, criando um tumulto violento, foi enorme falta de sensibilidade, não respeitando nem a nós, Deputados. Estivemos ali, eu, o Secretário-Geral, os Deputados Rômulo Veneroso, Inácio Franco, Weliton Prado, Sebastião Costa e vários outros, e fizemos um apelo para que aquele agente usasse o bom senso, apenas multando o proprietário do veículo, evitando que sofresse o constrangimento de ver seu veículo rebocado, pois reside em outra cidade e iria viajar ainda hoje a 270km de Belo Horizonte. Fizemos vários apelos, ligamos para a diretoria da BHTRANS, nunca vi tamanha insensibilidade. Vou além: de estranhamente, o agente não estava com a identificação no colete. Ao pedir sua identificação, ele simplesmente disse: "Dornas". Não disse seu nome. Repeti: "sua identificação". E ele: "Dornas". Tive de mostrar minha carteira, esfregá-la no nariz dele e falar: "O senhor se identifique ou será responsabilizado perante a lei". Só neste momento, ele se identificou, assim mesmo, dizendo: "Meu nome é T. Dornas, Agente nº 704." Anotei e fiz essa exposição de motivos para o Dr. Edson, o diretor que esteve no local depois que o veículo foi levado ao pátio da BHTRANS. Esse agente teve a audácia de dar voz de prisão ao motorista da imprensa que veio registrar o fato em frente a nossa Casa. Indaguei ao Diretor da BHTRANS, quando ele chegou na frente da Assembleia, se esse agente poderia dar voz de prisão. O próprio Diretor da BHTRANS disse que esse agente não poderia ter dado ordem de prisão. Sr. Presidente, sei que o senhor está impaciente, mas ainda tenho um minuto. Queria falar sobre esse assunto, porque fiquei revoltado com o fato. Os Deputados que

estiveram conosco, ali, presenciaram a falta de sensibilidade da BHTRANS, causando comoção nas pessoas que estavam no entorno. Estiveram ali quase 200 pessoas que até fecharam a rua, para mostrar sua revolta, a indignação de todos. Deixo um alerta ao Prefeito Márcio Lacerda, que ajudei a eleger, em quem acredito, e que, tenho certeza, não sabe o que está acontecendo. Não estou generalizando, mas existem pessoas, na BHTRANS, despreparadas para cumprir sua função. Pedi ao Diretor da BHTRANS, que esteve aqui, providências na apuração desse fato que reputo grave. Esta Casa não pode calar-se perante esse fato, porque a fiscalização que ocorre aqui, pelo que entendo, é mil vezes superior a que ocorre em outra localidade. Fica registrado o meu protesto contra essa falta de sensibilidade da BHTRANS. Obrigado.

O Deputado Wander Borges - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Deputado Fábio Avelar, esse é o modelo que o Prefeito do PSB, Márcio Lacerda, recebeu. É essa a estrutura atual que deve ser mudada. Tenho certeza de que o Prefeito não está ciente disso. A partir de agora, esse fato e tantos outros que já foram abordados pelos companheiros, trará para nós motivos para uma grande reflexão sobre a atuação desse órgão da Prefeitura de Belo Horizonte. Também farei ponderação sobre algumas falas que me antecederam, no que se refere às prefeituras. Podemos fechar as prefeituras e os governos dos Estados e entregá-los para o governo federal, pois o modelo que está aí é perverso, é o genocídio municipalista. Tudo que se arrecada no País vai direto para Brasília. Quem foi Prefeito sabe o que estou dizendo. Não existe uma prefeitura sequer neste país que não esteja em dificuldade financeira. Estão dizendo que a economia vem se recuperando. Talvez isso ocorra no governo federal, porque todos sabem que na atividade econômica de entrada e saída de mercadoria, o ICMS, por meio do valor adicional fiscal, vai refletir no outro ano. Então, as perdas de 2008 e 2007, que foi um ano razoável, refletem no índice que leva às Prefeituras o recurso do bolo tributário brasileiro. Assim acontecerá ano que vem. As perdas de 2008, que foram altas, assim como as de 2009, afetarão sensivelmente o caixa das Prefeituras e do governo. É preciso refletir. Esse modelo é ultrapassado. Os governos que chegam ao Congresso, ao palácio... Hoje, o que temos no Brasil é um modelo adesista em que o Congresso adere ao Presidente da República para fazer o que quer. Por que não faz a reforma tributária que tanto desejamos? O que não podemos é repetir a reforma feita há três, quatro anos, que mudou apenas as receitas próprias do governo federal quanto ao PIS e ao Cofins. É por isso que algumas Prefeituras aparecem estampadas nos jornais, com 55% de suas despesas comprometidas com pessoal. A culpa é de quem? Do Prefeito, do Governador? É estupidice dizer que neste momento alguém se atreverá a dar aumento salarial, em que pese haver merecimento. Acho que é necessário dar, sim, aumento de 50%, 100%, 200%. Mas quem pagará a conta? A reposição que era para ser feita durante este ano, equiparando as receitas para as Prefeituras, até então não ocorreu. Cogitam destinar R\$1.000.000.000,00 para mais de 5.500 Prefeituras. Façam a conta e vejam o que vai dar para cada uma. A cidade vizinha de Neves perdeu cerca de 37% de suas receitas; Ibirité, do meu companheiro Diniz, perdeu mais de 22%. E assim as coisas vão caminhando. Não vejo aqueles que realmente podem mudar a situação terem sensibilidade e sensatez para entender que não adianta haver emprego no governo federal e desemprego nos Municípios brasileiros. Esse é um grande desafio que temos de enfrentar. Essa reflexão tem de ser feita. Deputado, de cada R\$1.000,00 arrecadados, R\$740,00 vão para o caixa do governo federal e apenas R\$260,00 são divididos com os Estados e Municípios. Até quando os Municípios brasileiros vão suportar isso? Sabem o que querem? Continuar nesse ato de mendicância, saindo com pires na mão para pedir pelo amor de Deus por um recurso qualquer para o caixa da Prefeitura. Até quando isso acontecerá? Até os Municípios entregarem as chaves? Nesta semana, o jornal "Hoje em Dia" publicou a notícia de que os Prefeitos já estão na expectativa de não conseguirem pagar os salários neste mês de setembro. A expectativa sobre o 13º salário para algumas Prefeituras vai longe. Portanto, é um modelo que tem de ser mudado. A reflexão tem de ser feita; essa discussão tem de ocorrer nesta Casa e sobretudo no Congresso Nacional. Caso contrário, teremos o modelo que não é o de um Estado federado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Dinis Pinheiro - Sr. Presidente, primeiramente, gostaria de corroborar as palavras do combativo Deputado Fábio Avelar. Não resta a menor dúvida de que a BHTRANS está totalmente superada, sucateada, precisa ser profundamente alterada. O que observamos aqui hoje tem-se tornado uma rotina nesse órgão. Lamentavelmente, há excesso, abuso, falta de bom senso e, muito mais que isso, um ato extremamente desumano. Entendo que isso será reformulado. Prefiro acreditar na capacidade administrativa, na sabedoria, no talento, nas virtudes dos condutores dos destinos de Belo Horizonte, hoje representados pelo Prefeito Márcio Lacerda e pelo Vice-Prefeito Roberto Carvalho. Essas pessoas são do bem e estão bem-intencionadas. Nesse diálogo, mais uma vez, assinalo a importância imperiosa de se promover, o mais breve possível, uma mudança, uma reestruturação na BHTRANS, que é hoje tão somente órgão arrecadador, que se preocupa somente com a obtenção de recursos financeiros e deixa de lado a questão educativa, fiscalizadora e orientadora. Observa-se aqui, verdadeiramente, a implementação de uma indústria de multas. Essa é a realidade personificada pela BHTRANS. Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, foram apresentadas aqui algumas argumentações. Muitas nada acrescentaram. Alguns Deputados foram extremamente felizes. Passamos por um momento de dificuldade, até mesmo porque acabamos de enfrentar umas das crises mais perversas do mundo. Belo Horizonte, assim como quase todos os Municípios, passa por um momento de sobressalto, haja vista que a receita sofreu queda expressiva. O Deputado Weliton Prado, que tem uma trajetória extraordinária nesta Casa, deveria muito mais, em vez de desferir essas palavras tão fáceis, ajudar a apresentar soluções construtivas que possam inserir Belo Horizonte em um caminho cada vez melhor e mais próspero. O tempo ainda é reduzido para o Prefeito Márcio Lacerda e para o Vice-Prefeito Roberto Carvalho. Logicamente, implementaram compromissos, e os belo-horizontinos, os mineiros e as mineiras esperam que sejam plenamente saldados. Esse é o nosso objetivo, o nosso propósito e o nosso desejo. Muito mais do que isso, observamos e testemunhamos as manifestações dos Deputados Durval Ângelo e Wander Borges, que foram sensatas e providas de razão e de bom-senso. No intuito de acrescentar outras argumentações, algo ficou bem claro: esse sistema de distribuição de recursos em nosso país está realmente ultrapassado. Há uma grande concentração de renda do País, ou seja, 70% da renda encontram-se nas mãos do governo federal. Isso tem de mudar e acabar. Na semana passada, tivemos a oportunidade de realizar um pronunciamento e solicitar também a implementação de uma comissão especial para estudar e analisar os "royalties" do petróleo. Para terem uma ideia, no Rio de Janeiro, 13 cidades poderiam ser denominadas 13 "emirados fluminenses". Campos, com quase 400 mil habitantes, arrecadou, no ano passado, R\$600.000.000,00. Poucas cidades do Rio de Janeiro abocanharam quase 70% dos recursos provenientes do petróleo. Digo a você, que está nos assistindo: esse petróleo não é dos Municípios do Rio de Janeiro; esse petróleo é dos mineiros, dos nordestinos e do povo brasileiro. Espero que esta comissão especial realize trabalho admirável e exemplar e o entregue ao nosso país, de modo que o Congresso Nacional implemente, no que diz respeito aos "royalties" do petróleo e do pré-sal, uma distribuição mais justa, mais humana e mais solidária. A maior parte dos Municípios está em estado de miséria, mas alguns não têm como gastar dinheiro, sobretudo na educação; está sobrando. Aqui mesmo, Ipatinga ganhou uma ação judicial e está subtraindo de 722 cidades mineiras aproximadamente R\$100.000.000,00. Mineiros e mineiras, esse cálculo reivindicado por Ipatinga em relação ao VAF e ao ICMS está equivocado. É muito importante que os Municípios mineiros possam reagir. Hoje tivemos oportunidade de entrar em contato com o Presidente da AMM, ex-Deputado José Milton, nosso colega, para reabrir essa discussão, de modo que esse recurso não seja subtraído dessas 722 cidades, que muito precisam dele. É só olhar no caixa municipal que parte desse recurso já foi aquinhoadada. É muito importante que o estado de normalidade possa ser implantado. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Sebastião Costa - Serei breve porque sei que existem matérias a serem votadas. Queria apenas dar testemunho como pessoa que convive com alguns Municípios do interior. Tenho a certeza, ao afirmar aqui, de que a reposição proposta pelo governo federal sobre as perdas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - tem sido insignificante diante do que representa a desoneração do IPI para os produtos industrializados. O governo federal liberou o tributo para evitar o desemprego nas grandes montadoras, e ele tem razão, porém não compensou os Municípios como devia e é necessário. Cumprimento a Assembleia Legislativa, porque, na semana passada, aprovou aqui um requerimento de minha autoria louvando a iniciativa do Senador Osmar Dias, que fez a proposta inteligente da Emenda à Constituição nº 41. Essa emenda transfere aos Municípios e aos Estados 10%, respectivamente, de todas as contribuições financeiras que o governo federal obtém. Portanto não se trata de lamentação naquele requerimento, mas de proposição em apoio à iniciativa do ilustre Senador Osmar Dias. Volto a repetir: se as contribuições vierem a fazer parte do FPM, o problema, pelo menos neste momento da história do municipalismo, estará resolvido satisfatoriamente. É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Discussão e Votação de Indicações

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, da Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o Cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsaem-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Vem à Mesa requerimento do Deputado Ademir Lucas solicitando o adiamento da votação da indicação. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - O requerimento do Deputado Ademir Lucas, assim como os demais requerimentos - não discutirei um a um, até para agilizar a pauta -, objetiva acelerar a votação, com o intuito de a Assembleia apreciar os vetos e, com isso, buscar maior agilidade na pauta, uma vez que vários projetos importantes serão apreciados nas comissões, principalmente após o Plenário. Em vista disso, encaminharemos favoravelmente ao requerimento do Deputado Ademir Lucas, mas fazendo algumas ponderações em relação à construção de entendimento que possa, de fato, agilizar essa pauta.

Temos, por exemplo, na linha dos projetos importantes, o projeto que trata de mais uma autorização de empréstimo para o governo do Estado, prevendo a autorização de quase R\$900.000.000,00 para o Estado, além do recurso de R\$1.000.000.000,00, que esta Casa já autorizou. A justificativa é absolutamente genérica: as 13 ou 11 áreas de resultados finalísticos do PPAG. Então gostaríamos de adiantar que queremos especificar onde, de fato, esse recurso será aplicado. Além de outras questões, é o mínimo que a Assembleia pode analisar.

Por exemplo, o limite de endividamento, o que isso significará daqui para adiante. O Brasil, felizmente, com a política correta adotada pelo Presidente Lula foi o país que primeiro saiu da crise. Então, a tendência é retomar, como já está retomando, o crescimento econômico. Há previsão de aumento da arrecadação. Será que, de fato, esse empréstimo é necessário? E, se for, para quais projetos estruturadores? Todos nós, Deputados, temos reivindicações legítimas que constam no plano plurianual. Eu mesmo tenho discutido isso e, aliás, estive com o Secretário Fuad. Há uma luta de todo o Médio e todo o Alto Jequitinhonha para o "link" faltante da região de Irapé, especificamente Igitatu, passando por Lelivéldia até Virgem da Lapa. São 40km que necessitam do asfaltamento para cobrir uma importante etapa da rota do descobrimento, que liga Diamantina à divisa com o Sul da Bahia. Será que esse trecho constará na utilização desses recursos? É uma demanda de muitas cidades, como Berilo, Virgem da Lapa, Araçuaí, Itinga e Itaobim. Então, queremos saber onde cada recurso será aplicado.

No projeto da Cemig, temos de 50 mil a 60 mil ligações absolutamente descobertas que precisam ser realizadas.

O Sr. Presidente - Deputado André Quintão, V.Exa. está se desviando do assunto.

O Deputado André Quintão* - Não. Estamos dentro porque estamos acatando uma solicitação do Líder de governo para aprovar esse requerimento que destravar a pauta e, para isso, temos de fazer as nossas observações, com a vênua do querido e ilustre Presidente Deputado Doutor Viana. Precisamos, por exemplo, fazer as ligações do Luz para Todos, no Norte, no Noroeste, no Jequitinhonha e no Mucuri. As ligações foram feitas para cumprir metas onde eram mais baratas e também necessárias. E o Norte de Minas? E o Jequitinhonha? E o Mucuri? E o Rio Doce? E o Noroeste de Minas? Precisamos ainda agilizar em torno de 55 mil ligações e um novo contrato com a Eletrobrás, que está de portas abertas. No Governo Lula, o programa Luz para Todos é uma prioridade. Então, como votaremos um projeto da Cemig de importantes inovações, sem cumprir o para-casa básico, que é universalizar o acesso à eletrificação rural?

Quanto às próprias indicações, quero dizer que conheço, por exemplo, esse requerimento sobre a indicação do Dr. Octávio Elísio Alves de Brito. Vou votar favoravelmente, acho que ele é uma excelente pessoa, séria, competente e com longa ficha de serviços públicos prestados a Minas Gerais. Acho até que ele será alocado em uma agência complexa, a Agência Reajustadora de Água e Esgoto, não é agência reguladora, e temos de discutir qual o papel dessa agência. Ela foi aprovada, mas qual será a sua prioridade? Discutirá a política de saneamento ou simplesmente aumentará a tarifa? O Presidente da Copasa disse que deveríamos votar logo essas indicações, porque estavam precisando reajustar as tarifas. Será que agilizaremos essa votação? Por isso, é bom o requerimento do Deputado Ademir Lucas, pois ele atrasa um pouquinho - quem sabe? - o reajuste das tarifas, uma vez que essas indicações serão um pouco proteladas.

Há outras questões na área da regulação. Realizamos aqui uma audiência pública muito importante, e vários Deputados colaboraram com a sua realização. O pedágio, Deputado Carlin Moura, da MG-050. O cronograma de obras está atrasado. Ela vai de Jeatuba a Mateus Leme e até São Sebastião do Paraíso. São seis praças de pedágio. Não há terceira via construída. E os produtores rurais? Discutimos aqui a importância do pequeno e do médio produtor rural. Às vezes, ele anda de 30km a 40km e tem de pagar o pedágio. E o tráfico local? Quem está controlando isso? A Setop esteve aqui, e perguntamos sobre o plano e o cronograma de obras. Disseram que estava atrasado por causa da Copasa. Em São Sebastião do Paraíso, onde o Deputado Rêmoló Aloise faz um grande trabalho, a obra está atrasada por causa da Copasa. Já o atraso na terceira via é por causa da Cemig, por questão de faixa de domínio. Ou seja, a empresa não está cumprindo suas obrigações. A nota da empresa é baixa, e o Estado, que quer concessão patrocinada, diminui o repasse. Mas o cidadão paga lá R\$3,50. Mal acabou de pagar um pedágio, tem de pagar outro. E há uma rota de fuga, os caminhões, para evitarem o pedágio, estão arrebitando a cidade de Pains. Precisamos de um controle efetivo. Propusemos ao Presidente da Casa comissão especial para analisar o pedágio da MG-050. Seria o caso de uma CPI, mas parece que isso é proibido aqui. Então, não tem jeito, vamos tentar a comissão especial. Existe um plano a ser cumprido, ele tem de ser efetivado. É uma questão séria, são vidas em risco, é a mobilidade das pessoas, e a via é perigosa em vários trechos. Trata-se de regular a PPP. Nesse tema da regulação, esse é um aspecto importante.

Por fim, Sr. Presidente, eu apresentaria questão de ordem, mas, para não protelar esta reunião, vou ficar nesse tempo mesmo, primeiro para prestar minha solidariedade ao ex-Prefeito Fernando Pimentel. Temos divergências internas, hoje dentro do PT estamos defendendo pré-candidaturas diferentes. Nós defendemos a do Ministro Patrus; outros, com legitimidade, defendem a pré-candidatura do companheiro Fernando Pimentel. Mas ouvir de um Deputado do PSB que a herança do Prefeito Pimentel é maldita, que as coisas erradas que estão acontecendo se devem a essa herança, que é por causa da estrutura que o Pimentel deixou, é até uma questão de ingratidão para com um Prefeito do PT que fez um excelente trabalho, sendo muito bem avaliado, uma equipe muito competente, a começar da BHTRANS, que tem, sim, seus problemas. Mas falar que não tem estrutura, que é herança maldita? É uma ingratidão, pois o Prefeito Pimentel fez uma aliança que possibilitou ao PSB chegar à Prefeitura. Queria até dizer também que têm pertinência algumas questões postas pelo Deputado Weliton Prado, mas acho que temos de dialogar mais. O Prefeito Márcio Lacerda apresentou um plano de metas, está começando um trabalho; o Vice-Prefeito Roberto Carvalho é do PT. Essa discussão tem de ser feita dentro do PT também. Vamos discutir dentro do partido se o governo não está bom. Mas concordo com alguns Deputados que é um início de governo. Temos de cobrar, reivindicar, mas com elegância, com diálogo. Quero fazer essa ponderação, ressaltando que jogar as coisas que não estão acontecendo nas costas do Prefeito Fernando Pimentel é até uma ingratidão com um Prefeito muito competente. Acho que não foi a intenção do Deputado Wander Borges, um dos Deputados do PSB nesta Casa.

Por fim, para dar uma relaxada, digo ao Deputado Lafayette de Andrada que, se a voz dele é de artista, ele será convocado também para a Casa Minas Gerais. Tem de tomar cuidado, senão vai para lá.

Encerrando, Doutor Viana, quero dizer que, primeiro, acho até justificável uma iniciativa do governo do Estado de ter uma representação num Estado economicamente significativo. Não vou fazer demagogia aqui, é até importante. Mas foi uma infelicidade, numa discussão tão séria, levar tantos artistas. Se assim fosse, havia artista com muito mais história em Minas Gerais para ser escolhido. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em turno único, da Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Antônio Maurício Fortini para o Cargo de Diretor da Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Vem à Mesa requerimento do Deputado Ademir Lucas solicitando o adiamento da votação da indicação. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em turno único, da Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Teodoro Alves Lamounier para o Cargo de Diretor da Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Vem à Mesa requerimento do Deputado Ademir Lucas, solicitando o adiamento da votação da indicação. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.168, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o veto ao § 2º do art. 1º. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim" e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 33 Deputados. Portanto, não há quórum para votação, mas há para a continuação dos trabalhos. A Presidência torna a votação sem feito.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.219, que institui a Política Estadual do Livro. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Primeiramente, gostaria de dizer que para mim é uma imensa alegria ter transformado em lei o projeto que institui a Política Estadual do Livro. Trata-se de um projeto realmente maravilhoso, que tem como objetivo estimular a leitura e também garantir o acesso aos livros àquelas pessoas que realmente não têm condições financeiras, para assegurar que o livro seja acessível, com algumas remissões. O projeto foi amplamente discutido e aprovado em diversas Comissões, como a de Constituição e Justiça e a de Educação. Art. 1º: "Fica instituída a Política Estadual do Livro, destinada a promover e a incentivar a leitura, o acesso ao livro e a apoiar a produção, a distribuição e a comercialização dos livros no Estado, com vistas à difusão da cultura e à transmissão de conhecimento, ao estímulo a pesquisa social e científica e à conservação do patrimônio cultural". Realmente fiquei muito feliz por ver esse projeto de lei, cuja tramitação foi acompanhada por todos nós, aprovada. Apresentei 100 projetos no primeiro dia de reunião - fui o Deputado que apresentou mais projetos nesta Casa - e tive o maior cuidado e zelo ao acompanhar toda a tramitação desse projeto. Por isso, para mim é uma grande alegria vê-lo se transformando em lei, após a sanção. O ponto sobre o qual incidiu o veto é uma questão que não altera o conteúdo desse projeto.

Aliás, o seu art. 2º diz o seguinte: "para efeito dessa lei, considera-se livro a publicação não periódica de textos escritos e folhas grampeadas". Trata-se de uma questão mais técnica. Também mencionamos no inciso II que o autor é pessoa física e criador dos livros; já o editor é pessoa física e o distribuidor é pessoa jurídica. Enfim, trata-se de uma política muito ampla, que visa garantir às pessoas e às escolas o acesso ao livro. Aliás, cria-se o momento de leitura nas escolas, que é até uma prática nos países desenvolvidos. Tenho a certeza absoluta de que temos todas as possibilidades, a médio e a longo prazo, de dar um grande salto de qualidade em relação ao aprendizado das nossas crianças. É importante estimular a produção dos livros a baixo custo, incentivando, assim, os autores de livros. É um projeto muito bonito, que teve o apoio dos Deputados desta Casa. Na justificativa do projeto, fica bem clara a importância de ser instituída essa política em todo o Estado de Minas Gerais, visando estimular também a produção intelectual dos escritores. Sabemos como isso é caro. Por exemplo, se formos a Buenos Aires, na Argentina, e verificarmos o grande número de livrarias que existem lá, constataremos que as pessoas realmente têm acesso à cultura, aos livros, que, por sinal, têm preços menores. Além disso, nesse país, há um grande número de autores, de escritores e de poetas. Nas escolas também há momentos de leitura. Não temos como comparar-nos aos argentinos. Pesquisas recentes feitas pelo próprio MEC mostram que realmente estamos muito longe de atingir uma boa qualidade de ensino. Depois que alguns alunos concluíram o Ensino Médio, eles tiveram muita dificuldade em atividades de leitura. Por isso, não sei como conseguiram terminar os seus estudos.

O projeto cria a Política Estadual do Livro, que garante o aprendizado. Trata-se de uma política muito ampla, que teve o apoio de todos os Deputados. No relatório do projeto, em 1º Turno, a fundamentação é a seguinte: "a proposição em exame visa instituir em âmbito estadual uma política pública que tenha como objetivo a difusão do livro, o incentivo à publicação mineira e à facilitação do acesso às produções literárias". Com o advento da Lei Federal nº 10.773, de 2004, que institui a Política Nacional do Livro, outros Estados da Federação vêm editando suas próprias legislações, de modo a incentivar a editoração regional. Minas Gerais, na esteira dessa salutar iniciativa, deve-se inserir no rol dos Estados que buscam dar o devido tratamento legislativo à matéria. Minas Gerais também sai na frente, garantindo, por meio da lei de nossa autoria, a Política Estadual do Livro: "O projeto contém disposições atinentes às diretrizes gerais para a Política Estadual do Livro, bem como normas referentes à editoração, à distribuição, à comercialização das publicações. O projeto que trata desse tema foi analisado na legislatura anterior por esta Comissão, que exarou parecer por sua constitucionalidade, considerando que não houve alterações no sistema jurídico em vigor, de forma a respaldar o estudo da matéria sob prisma diferente. Mantivemos o mesmo entendimento naquela ocasião."

Esse é o parecer da Comissão de Constituição e Justiça: "Do ponto de vista jurídico- constitucional, cumpre dizer que o art. 215 da Constituição da República estabelece que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão de manifestações culturais". O inciso III do art. 216 determina que a lei estabelecerá incentivo para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. Já o art. 24 da nossa lei, em seu inciso IX, estabelece que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto. Cite-se ainda o art. 23, inciso V, da Lei Maior, que determina ser competência comum da União, dos Estados e dos Municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência. Outrossim, não há regra constitucional instituidora da reserva da iniciativa sobre a matéria, razão pela qual é lícito a este parlamentar deflagrar o devido processo legislativo. Cumpre dizer, entretanto, que a proposição merece alguns reparos".

Foram feitas algumas alterações no que diz respeito ao art. 7º. Foi proposta a supressão do art. 8º, depois houve modificação pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática. Várias emendas foram apresentadas, e o projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Ficamos muito felizes com o parecer da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, que opinou pela aprovação do projeto, cuja fundamentação diz: "A proposição em tela tem o objetivo de estabelecer as diretrizes para estimular a produção literária e a difusão do livro, promovendo o acesso desse bem cultural ao povo mineiro. O gosto pela leitura é essencial para a formação do ser humano e sua evolução. Isso é adquirido na tenra idade e favorecerá o aprimoramento da sua linguagem e de sua comunicação com o mundo".

É muito importante que a criança tenha acesso à leitura e ao livro. Este é o nosso objetivo: garantir acesso ao livro nas escolas, nas bibliotecas e assegurar que os autores tenham condições e incentivos do poder público para publicar suas obras. A política é muito ampla, e é com muita alegria que venho a esta tribuna falar de um projeto que defendemos há muito tempo, fruto de audiências e debates feitos na Casa. Paulo

Freire, um dos nossos maiores educadores, já dizia que, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda. Fico muito feliz de contribuir, com toda esta Casa, para a instituição de uma política tão importante. Queria contribuir muito mais ainda. Vejo a situação dos nossos professores, que ganham salários baixíssimos e não têm condições de comprar livro nem de ter computador ou acesso à internet. A situação dos servidores do Estado de Minas Gerais é muito difícil, especialmente a dos servidores da educação. Esperamos que os futuros governantes coloquem a mão na consciência e olhem com mais carinho e amor para os nossos professores, que recebem salário de fome. É com muita tristeza que vemos a Prefeitura de Belo Horizonte adotando o mesmo modelo de arrocho salarial implementado pelo governo do Estado.

Aqui os servidores estão paralisados, estão em greve: os servidores da saúde, o conjunto dos servidores do Estado de Minas Gerais que não concorda com essa política que o Prefeito Márcio Lacerda quer implementar em Belo Horizonte - aliás, anunciou reajuste zero para os servidores. Então, fica aqui a nossa solidariedade.

"O livro, naturalmente, desperta a curiosidade da criança pelo seu formato e por sua encadernação, que dão vontade de manuseá-lo. Quando se depara com uma obra, a criança fascina-se com a narrativa, emociona-se com os personagens e encanta-se com as ilustrações. O livro constitui, portanto, um instrumento importante para desenvolver sua capacidade crítica e criativa e ajudar na formação do seu caráter. No decorrer da sua vida, será indispensável para aprimorar seu pensamento, seu raciocínio, sua expressão e, assim, promover o acesso ao saudável convívio social e ao pleno exercício da cidadania. Estudos recentes sobre linguística revelam que é desejável adquirir o hábito da leitura logo nos primeiros anos de vida, pois será indispensável em qualquer idade para ampliar o nível de formação e de compreensão da realidade." É muito importante esse senso crítico da criança para que ela possa analisar o mundo, analisar as relações de poder. É também muito importante que a criança tenha acesso à leitura nos primeiros anos, para despertar-se para a realidade do mundo. Tenho certeza que assim estaríamos garantindo a formação de jovens conscientes, contribuindo para o exercício da sua cidadania.(- Lê:)

"Motivo de exclusão de milhões de brasileiros, o analfabetismo tem sido combatido pelo esforço conjunto do governo e da sociedade, que criaram programas com esse fim, sobretudo a partir dos anos de 1980." O combate ao analfabetismo está sendo defendido agora pelo Presidente Lula com muitos investimentos, como o Pró-Jovem Rural, que garante a volta das pessoas que saíram há muitos anos da escola, que recebe recursos do governo Federal para garantir a manutenção desses jovens na escola e a sua alfabetização, podendo até mesmo fazer cursos profissionalizantes. (- Lê:)

"Geralmente atinge as pessoas que nunca frequentaram a escola, ou dela se afastaram antes de completarem o ciclo de alfabetização. Atinge cerca de 13% da população com mais de 15 anos de idade, de acordo com a pesquisa divulgada pelo Volume de Educação do Censo Demográfico 2000. Já o analfabetismo funcional, tipo de analfabetismo em que a pessoa consegue decifrar o código da escrita, sem no entanto ser capaz de apreender o sentido do que leu, nem de processar informações recebidas de forma escrita no uso da vida cotidiana, afeta 74% da população economicamente ativa no País, segundo dados do Instituto Paulo Montenegro, entidade sem fins lucrativos, sediada na cidade de São Paulo. O Instituto realiza pesquisas anuais, em nível nacional, com pessoas entre 15 e 64 anos, aferindo suas habilidades com a leitura e a escrita. A partir da avaliação dos dados, é gerado um Indicador do Analfabetismo Funcional - Inaf - , que se pretende seja utilizado como subsídio para a formulação de políticas públicas nas áreas educacional e cultural. Estima-se que a perda de produtividade das empresas, em razão do analfabetismo funcional, tenha causado um prejuízo na ordem de R\$12.000.000,00 por ano, e que seja motivo da falta de oportunidade de emprego para uma parcela significativa da população." Então uma parcela significativa da população que não teve o hábito da leitura, condição de acesso ao livro, tem muita dificuldade de entrar no mercado de trabalho. O prejuízo em relação à produtividade das empresas é de cerca de R\$12.000.000,00 por ano em virtude da dificuldade de desenvolver o hábito de leitura. Apesar de sua relevância social e econômica, o livro, quando comparado a outros meios de comunicação, vem aos poucos perdendo espaço e público. As mídias eletrônicas e seus aparatos tecnológicos, em constante evolução, têm ocupado o seu lugar. São mais sedutoras por estimular maior número de sentidos no espectador e reter sua atenção e por não lhe exigir esforço no exercício da criatividade e da abstração. Recebem também aporte de recurso financeiro maior que a indústria do livro. No Brasil, o livro é muito caro, considerada a facilidade com que atinge o grande público. As mídias eletrônicas têm a possibilidade de atingir o grande público com muito mais velocidade, pois há grande volume de recursos investidos nas mídias eletrônicas. Infelizmente, não havia uma política que garantisse o acesso das pessoas mais carentes, mais simples ao livro. Como o livro vem ocupando espaços cada vez menores no cotidiano do cidadão, o poder público tem papel fundamental para reverter esse quadro. Em todo o Brasil, há vários projetos e campanhas que mobilizam número expressivo de entidades, que buscam estimular a produção e a difusão do livro. Um desses projetos é o Programa Nacional de Incentivo à Leitura, vinculado à Fundação Biblioteca Nacional, órgão do Ministério da Cultura, constituído por 81 comitês organizados em Municípios brasileiros, com política de formação e de qualificação de leitores conscientes e valorizadores do exercício da cidadania. Há também projetos como o Ônibus-biblioteca, um projeto belíssimo, que chega às populações carentes, à zona rural, aos rincões de nosso país, que leva o livro a Municípios onde não existem bibliotecas ou cujas bibliotecas são deficientes em acervo ou mal-instaladas. Os Ônibus-bibliotecas são objeto de pelo menos duas leis estaduais paulistas, uma de incentivo à leitura e outra de implantação de bibliotecas e de provisão de livros. Em Minas Gerais, o Decreto nº 43.240, de 27/3/2003, que trata da reorganização da Secretaria de Cultura, estabeleceu medidas de promoção ao acesso ao livro, por meio do uso de bibliotecas móveis nas modalidades Carros-biblioteca, e Caixas-estantes.

Inspirados pela edição da Lei Federal nº 10.753, de 30/10/2003, que instituiu a Política Nacional do Livro, os Estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, desde 2001 e 2003, têm suas respectivas leis estaduais e da política do livro editadas. Igualmente preocupadas com a literatura e a editoração regional, os Estados do Mato Grosso, de Santa Catarina e do Acre também deram o devido tratamento legislativo à matéria. Minas Gerais tem agora a oportunidade de acompanhar essa edificante medida. Se compararmos com os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, a lei chega com atraso, mas sai na frente de grande parte dos Estados brasileiros. O projeto em pauta, em sua passagem pela Comissão de Constituição e Justiça, sofreu adequações de ordem técnica, para harmonizá-lo aos ditames constitucionais e legais. Por meio das emendas que aquela Comissão apresentou, foram suprimidos comandos que invadiam o domínio discricionário do Poder Executivo ou colidiam com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O item mais importante tratado pela Comissão de Educação, na lei de nossa autoria, que institui a Política do Livro em nosso Estado, refere-se ao mérito do projeto. Entendemos que se trata de iniciativa de grande relevância, pois institui mecanismos de fomento à produção intelectual dos escritores, bem como à edição, à distribuição e à comercialização do livro, estabelecendo mecanismos para torná-lo acessível a todos. É fundamental que todos tenham acesso ao livro, ao conhecimento e à cultura. Por isso é importante estabelecer uma política estadual com diretrizes, prazos e planejamento, garantindo que o livro chegue aos pequenos Municípios e que os escritores tenham a possibilidade de editar seus livros. É importante estabelecer uma política estadual que se preocupe com o hábito da leitura. Cuida também de fixar conjunto de medidas que visam a aumentar o número de leitores, despertando-lhes o prazer pela leitura e transformando-os em promotores e multiplicadores dessa atividade. Esses são os fatores de desenvolvimento econômico e cultural e de fortalecimento da consciência cidadã. Ao avaliar o Capítulo IV, que trata da difusão do livro, a Comissão de Educação verificou a necessidade de acrescentar algumas diretrizes de forma a ampliar as ações do poder público quanto ao estímulo e à consolidação do hábito da leitura. Sugerimos que seja criado um cronograma de eventos e atividades voltados para a literatura nas escolas. Como forma de incrementar o processo de ensino e aprendizagem, apresentamos também o comando de divulgação do livro nos canais de comunicação vinculados à administração do Estado, com propostas de aproveitamento da estrutura já existente para essa finalidade.

Por fim, com o objetivo de constituir um ambiente virtual de acesso gratuito que permita a integração, a preservação e o compartilhamento das obras literárias de domínio público e daquelas que têm a sua divulgação devidamente autorizada, propomos a instituição de bibliotecas digitais. Esse é outro avanço no que diz respeito à Política Estadual do Livro. Visando a adequação da proposta para análise técnica, a comissão apresentou o Substitutivo nº 1. Enfim, é um projeto muito importante. Agradeço a todos os Deputados e Deputadas desta Casa que votaram a favor do projeto por unanimidade. O Governador sancionou a lei, houve um veto de ordem técnica, que não compromete o teor do projeto. De fato, quero dizer que estou muito feliz com a possibilidade de implementar de fato uma política voltada para a área educacional, a Lei nº 19.219, de nossa autoria, que institui a Política Estadual do Livro. A própria comissão formada para analisar o veto emitiu parecer favorável. Agora, gostaríamos de avançar aqui na Assembleia, para que haja uma política que garanta a valorização do conjunto dos servidores que, infelizmente, contribuem para o Ipsemg. Sem dúvida alguma, o Deputado Doutor Viana é reconhecido por todos desta Casa, pois é um parlamentar que realmente não mede esforços para defender os servidores públicos. Existe a marca do mandato do Deputado Doutor Viana,

como um dos defensores do servidor público, diga-se de passagem os servidores da MinasCaixa. Todas as outras categorias recebem um carinho especial. O próprio nome diz: servidor público, servir bem ao público. De fato, ele precisa ser bem valorizado e reconhecido. É fundamental garantirmos uma política salarial que dê dignidade aos servidores. No nosso Estado, os servidores da segurança pública não têm auxílio periculosidade, conforme previsto na Constituição do Estado. Profissões de risco, como as do Policial Civil, Policial Militar, Agente Penitenciário e Corpo de Bombeiros, fazem jus, pois, a esse benefício. Agora, foi criada a comissão que institui a Proposta de Emenda à Constituição nº 300, no Congresso Nacional, para equipar o salário dos policiais do Brasil inteiro com o salário dos policiais do Distrito Federal. Aliás, o Deputado Federal Elismar Prado faz parte da comissão. Será realizada uma grande audiência pública no nosso Estado. É mais que justo os policiais serem valorizados, da mesma forma que o conjunto de servidores de todos os setores do Estado. Estamos hoje discutindo o veto parcial do projeto de lei que institui a Política Estadual do Livro, de nossa autoria, e aproveitamos a oportunidade para pedir um carinho muito especial aos servidores da educação. Temos contracheques de servidores que recebem menos de um salário mínimo. O Orçamento do Estado chega a R\$40.000.000.000,00. Somente para o centro administrativo, o governo está destinando mais de R2.000.000.000,00. São mais de 100, 200 prêmios da Mega Sena acumulados! Apenas com móveis, carteiras e divisórias serão gastos quase R\$100.000.000,00. O que isso tem a ver com a Política Estadual do Livro? Tudo. Estamos engatinhando na democracia, saindo do regime ditatorial há poucas décadas. Se compararmos a cultura brasileira com a de outros países milenares, veremos que estão muito mais avançados.

O livro é fundamental para avançarmos na ciência e na tecnologia. Os investimentos estão acontecendo, e o Brasil tem a possibilidade de importar jatos da França e de obter a tecnologia para desenvolvê-los aqui mesmo. É muito importante investirmos em ciência e em tecnologia e implementarmos uma política estadual do livro que garanta o acesso ao conhecimento e à cultura a todos. É fundamental que não haja discriminação. Fiquei muito feliz por ter contribuído. Gostaria de agradecer a todos a aprovação do projeto, que é agora a Lei nº 19.219.

Gostaria de ver a aprovação de um projeto que garantisse a valorização do conjunto dos servidores. É triste ver o caos em que se encontra a saúde em nosso Estado. O setor de saúde de Belo Horizonte está paralisado, pois os servidores estão em greve por salários melhores e melhores condições de trabalho, já que o número de casos de gripe suína é cada vez maior, Belo Horizonte está infestada pelo mosquito da dengue e, em suas unidades de saúde, faltam equipamentos, luvas, máscaras e material de higienização, como sabonete e álcool em gel.

Se, há décadas, tivéssemos tido cidadãos mais críticos e mais conscientes, uma política estadual do livro que oferecesse acesso à cultura, tenho certeza de que, nas mobilizações atuais, a sociedade iria às ruas para apoiar os servidores e defender a paralisação e a mobilização. A cultura é fundamental em tudo. Costumo dizer que, do ar que respiramos até o pãozinho que compramos na padaria, tudo passa por decisões políticas. O projeto aprovado, que é a Política Estadual do Livro, passou por decisões políticas. Com certeza, se tivéssemos cidadãos mais críticos e mais conscientes do pleno exercício da sua cidadania, isso interferiria em todas as relações humanas do dia a dia.

Darei um exemplo da importância da aprovação desse projeto. À porta da Assembleia Legislativa, o motorista de um deficiente, que sofreu derrame cerebral há dois meses, estacionou o carro e entrou pela porta da frente para ajudar essa pessoa, que estava com sua filha, a pegar o elevador. Enquanto isso, um Fiscal da BHTRANS, além de multar o veículo, garantiu sua apreensão e o colocou no guincho. Houve grande clamor por parte dos servidores da Casa e de várias pessoas que passavam pela rua, que ficaram revoltados e fecharam a rua em consequência da arbitrariedade desse Fiscal. O objetivo disso é educar ou punir? Trata-se de uma verdadeira indústria da multa. O objetivo ali não foi a educação. No local, há uma placa que diz que é proibido estacionar, não parar. O cidadão apenas parou e foi ajudar o deficiente físico a se deslocar. O motorista, muito bem-instruído, abriu o Código de Trânsito Brasileiro, no art. 270, inciso I, que estabelece que, sendo possível sanar a irregularidade no local não será necessária a apreensão do veículo. Isso é fundamental. Imaginem se todo cidadão brasileiro tivesse acesso à Constituição Federal, à Constituição Estadual, ao Código de Trânsito, a todas as resoluções da Anel e ao Código de Defesa do Consumidor! Se o cidadão estiver armado de conhecimento, terá condições de argumentar e dizer que estão interferindo em seus direitos. Por não ter conhecimentos, isso o cidadão não pode. Temos direitos e deveres também. Por isso é fundamental ser crítico e consciente, o que se consegue por meio da leitura. Esse cidadão abriu o Código Brasileiro de Trânsito e provou que o agente da BHTRANS estava totalmente equivocado. Foi deplorável.

A imprensa chegou, e foi permitido seu acesso ao local por um agente da BHTRANS. Mas assim que o veículo da imprensa parou, outro agente da BHTRANS multou o veículo da imprensa também e deu voz de prisão ao jornalista. Tudo isso mostra que realmente a BHTRANS não está preparada para exercer sua função.

Gostaria, Sr. Presidente, de agradecer mais uma vez e dizer da minha alegria pela aprovação desse projeto, que é muito importante. Fico realmente muito feliz, inclusive em nome de toda a população de Minas Gerais. Fui o Deputado mais votado do PT, pois tive mais de 121 mil votos. Fico muito orgulhoso de poder retribuir isso com meu trabalho. Não estamos fazendo mais que nossa obrigação. Esse projeto foi apresentado com muito carinho e institui a Política Estadual do Livro no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Gostaria de, no futuro, aprovar aqui um projeto que garanta a valorização do conjunto dos servidores do Estado de Minas Gerais. Uma valorização digna para todos os servidores que, às vezes, têm remuneração insuficiente até para pagar a conta de energia elétrica que, em Minas, é uma das mais caras do País.

Conseguimos agora impedir o aumento do valor da conta de água da Copasa; o ICMS em Minas é um dos mais caros - apenas sobre a energia elétrica é de 42% -; o IPVA aqui é o mais caro do País. Temos acesso a todas essas informações por meio da leitura. Pegam-se inclusive os decretos, a legislação. Ao ler, sabemos qual é a alíquota do IPVA no Espírito Santo: é de 2%; a metade do que é cobrado aqui em Minas Gerais. Em Goiás não há taxa de licenciamento, e a alíquota do IPVA é muito menor, assim como em São Paulo e no Mato Grosso. Por isso, um grande número de proprietários de veículos emplaca seu veículo em outros Estados, porque é mais barato. Aqui o cofre do governo do Estado perde arrecadação. Então, deveríamos ter uma alíquota única. A tributação teria de ser diminuída. O ICMS do álcool aqui é de 25%. No Espírito Santo é bem mais barato. Minas faz fronteira com Espírito Santo, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, e todos esses Estados têm uma tributação muito menor que a nossa. É muito importante pensar na tributação. Imaginem se todo cidadão mineiro tivesse conhecimento, por meio da leitura, de que os valores que pagamos aqui são mais elevados que os de outros Estados. Com certeza, colocaria a boca no trombone, sairia às ruas e protestaria, exigindo seus direitos. E assim as transformações seriam feitas. O hábito da leitura, o senso crítico é fundamental para a transformação da sociedade. Temos que acreditar e ter fé. Apesar de jovem, estou no terceiro mandato. Sempre fui votado com números expressivos, e em tudo aquilo por que lutamos até hoje, em que houve mobilização, organização e união, obtivemos vitória.

No final do ano passado, conseguimos a primeira redução de toda a história da Cemig em 56 anos: 17%. Foi a primeira vez que a conta de luz foi reduzida. Neste ano, conseguimos impedir o aumento do valor da conta de água da Copasa, impedimento que está vigorando até hoje na Justiça. A Copasa está proibida de reajustar o valor da conta de água. Conseguimos impedir que a Cemig e a Copasa colocassem os nomes dos inadimplentes no SPC e na Serasa. Outra grande vitória foi o impedimento, pela terceira vez, da licitação de veículos da Cemig, estimada em R\$147.000.000,00. Isso, com certeza, respingaria em um aumento da conta de energia no ano que vem. Conseguimos acabar com a Taxa de Incêndio para as residências, impedir a cobrança para fazer o boletim de ocorrência, impedir a cobrança para chamar a polícia. São muitas as vitórias e ficamos realmente felizes. Mais uma vitória foi a aprovação da Política Estadual do Livro.

Agradeço e digo que esse projeto é muito importante para todo o Estado de Minas Gerais. Muito obrigado. Mais uma vez, ressalto o trabalho do Deputado Doutor Viana. Aliás, temos de agendar várias reuniões com o conjunto dos servidores das diversas categorias do Estado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvocando as extraordinárias de amanhã, dia 16, às 9 e às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 16, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

Ata da 14ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO ESPECIAL DA EXECUÇÃO DAS PENAS NO ESTADO, em 27/8/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Delvito Alves e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional, em que encaminha resposta a "e-mail" contendo denúncia feita pela Sra. Maria Angélica de Almeida a esta Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Delvito Alves, em que solicita sejam os trabalhos da Comissão suspensos pelo prazo de até 30 dias. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2009.

João Leite, Presidente - Durval Ângelo - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Ata da 10ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 9/9/2009

Às 18h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ruy Muniz, Carlin Moura e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Gil Pereira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ruy Muniz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a implantação do restaurante universitário da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes -, bem como a eleição direta para Reitor e Vice-Reitor da instituição, conforme previsto no Projeto de Lei nº 1.968/2007, em tramitação nesta Casa. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Luiza Adelaide Lafeté, Presidente da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais - UEE-MG - e os Srs. Henderson Geraldo Teixeira Ogando, Professor, Diretor de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Procurador-Chefe da Unimontes, representando o Paulo César Gonçalves de Almeida, Reitor da mesma instituição; Daniel Dias da Silva, Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Unimontes; Isael Soares de Queiroz, Delegado Sindical de Base do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde do Estado de Minas Gerais - Sind-Saúde -; Milton Ricardo Silveira Brandão, - Diretor do Sind-Saúde; Danniel Ferreira Coelho, Integrante da Comissão Pró-Restaurante Universitário da Unimontes; e Antônio Gonçalves Maciel, Presidente da Associação dos Docentes da Unimontes - Adunimontes -, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Ruy Muniz, Gil Pereira, Carlin Moura e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicitam seja encaminhado ao Governador e ao Vice-Governador do Estado pedido de providências para que incluam no Orçamento do Estado para 2010 recursos para a construção e ampliação do restaurante universitário no câmpus da Unimontes; em que solicitam seja encaminhado à Secretária de Planejamento e Gestão pedido de providências para a inclusão, no Orçamento do Estado para 2010, de duas dotações orçamentárias, a primeira no valor de R\$500.000,00, para a construção de um restaurante universitário no câmpus da Unimontes, e a segunda, no valor de R\$1.000.000,00, para a manutenção do mencionado restaurante; em que solicitam seja encaminhado ao Presidente da Assembléia Legislativa pedido para que inclua na ordem do dia do Plenário o Projeto de Lei nº 1.968/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2009.

Ruy Muniz, Presidente - Irani Barbosa.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 22/9/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação, em turno único, da indicação, feita pelo Governador do Estdo, do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Maurício Fortini para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Teodoro Alves Lamounier para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.168, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.219, que institui a Política Estadual do Livro. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.230, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2010. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.827/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a divulgação, no âmbito dos serviços notariais do Estado, do direito de se realizar separação ou divórcio consensuais por meio de escritura pública. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 15 da Lei nº 12.729, de 30/12/97. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.123/2008, do Deputado Walter Tosta, que altera o art. 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pelo projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 3 e pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.149/2009, do Deputado Fábio Avelar, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Laranjal o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.300/2009, do Deputado Domingos Sávio, que altera a destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Ijaci nos termos da Lei nº 11.620, de 4/10/94. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.351/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apaes - localizadas no Estado. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.352/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da Sociedade de São Vicente de Paulo - SSVV - localizadas no Estado. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.442/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamogi o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com José Barcelos Costa os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.255/2009, do Governador do Estado, que cria a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - HidroEx - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Minas e Energia perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.515/2009, do Deputado André Quintão, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 14.599, de 2003. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 23ª Reunião Ordinária da Comissão DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 22/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.679/2009, do Governador do Estado; 851/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.362/2009, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.466/2009, do Deputado Lafayette de Andrada; 3.504, 3.508 e 3.615/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa; 3.657/2009, do Deputado Walter Tosta; 3.681/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.698/2009, do Deputado Leonardo Moreira; e 3.707/2009, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 888/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.342/2009, do Deputado João Leite; 3.558/2009, do Deputado Gil Pereira; 3.592/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.676/2009, do Deputado Padre João; 3.678/2009, do Deputado Doutor Rinaldo; 3.684/2009, do Deputado Padre João; 3.687/2009, do Deputado Vanderlei Jangrossi; 3.689 e 3.690/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 3.691/2009, do Deputado Mauri Torres; 3.702 e 3.704/2009, do Deputado Wander Borges; 3.710/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.713/2009, do Deputado Padre João; 3.716/2009, do Deputado Vanderlei Miranda; 3.726/2009, do Deputado Doutor Rinaldo; e 3.737/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 17ª Reunião Ordinária da Comissão DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 22/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 22/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater o texto do Decreto Federal nº 6.640, de 2008, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional, bem como sua proposta de regulamentação.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 23ª Reunião Ordinária da Comissão DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 22/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.439 e 3.553/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.553/2009, do Deputado Ademir Lucas; 4.568 e 4.569/2009, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 26ª Reunião Ordinária da Comissão DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 22/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.648/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 22/9/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação das indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes dos Srs. Octávio Elísio Alves de Brito, Antônio Maurício Fortini e Teodoro Alves Lamounier para os cargos de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG -; e, na 2ª Fase, à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 19.168, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica; 19.219, que institui a Política Estadual do Livro; e 19.230, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2010; e dos Projetos de Lei nºs 2.123/2008, do Deputado Walter Tosta, que altera o art. 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003; 2.827/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a divulgação, no âmbito dos serviços notariais do Estado, do direito de se realizar separação ou divórcio consensuais por meio de escritura pública; 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 15 da Lei nº 12.729, de 30/12/97; 2.962/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com José Barcelos Costa os imóveis que especifica; 3.149/2009, do Deputado Fábio Avelar, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Laranjal o imóvel que especifica; 3.255/2009, do Governador do Estado, que cria a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - HidroEx - e dá outras providências; 3.300/2009, do Deputado Domingos Sávio, que altera a destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Ijaci nos termos da Lei nº 11.620, de 4/10/94; 3.351/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apaes - localizadas no Estado; 3.352/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da Sociedade de São Vicente de Paulo - SSVP - localizadas no Estado; 3.442/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamoji o imóvel que especifica; e 3.515/2009, do Deputado André Quintão, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 14.599, de 2003; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 21 de setembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Almir Paraca, Gil Pereira e Irani Barbosa, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e os Deputados Vanderlei Jangrossi, Antônio Carlos Arantes, Carlos Gomes, Chico Uejo e Domingos Sávio, membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para a reunião a ser realizada em 22/9/2009, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir, em audiência pública, com a presença de convidados, as perspectivas da aquicultura e seus impactos no desenvolvimento do Estado e no meio ambiente, e discutir e votar proposições das Comissões.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 2009.

Fábio Avelar, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Guedes, Ademir Lucas, Sebastião Helvécio e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/9/2009, às 10 horas, no auditório da Prefeitura Municipal de Contagem, com a finalidade de debater, em audiência pública, os benefícios e os impactos do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, na Região Metropolitana de Belo Horizonte; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 2009.

Cecília Ferramenta, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 15/9/2009

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente desta sessão, Sra. Secretária, Sr. Secretário, senhoras, senhores, Deputados, visitantes das galerias que hoje vêm a esta Casa, colegas da imprensa, telespectadores da TV Assembleia, TV que criamos anos atrás. No dia 30 de novembro, estaremos comemorando mais um aniversário dessa televisão, que brevemente estará em canal aberto, já que existe um trabalho de toda a assessoria desta Casa e dos Deputados com tal objetivo, uma vez que já foi prometido pelo Ministro Hélio Costa, quando, desta tribuna, falou que já estava autorizada sua transmissão em canal aberto. Colegas Deputados, assomo a esta tribuna para reafirmar, mais uma vez, o que venho falando há anos sobre o jogo no Brasil. Sou favorável à legalização do jogo do bicho, dos cassinos, dos bingos. Mas, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores, bancada da imprensa, da maneira como está sendo tratada a legalização dos bingos neste país em Brasília, estamos voltando ao passado. Estamos dando condição a pessoas, empresários, que agiam com má-fé, de continuarem agindo. Em Brasília, a Câmara Federal vai aprovar uma legislação para os bingos sem nenhuma novidade, mudando fontes de receita. E na próxima quarta-feira esse projeto estará na última comissão antes de ir ao Plenário. Por um compromisso acima de tudo com a minha consciência, com o meu trabalho parlamentar, não poderia deixar de estar aqui agora alertando todos os congressistas, todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça. Por infelicidade, Minas Gerais só tem um Deputado Federal nessa Comissão. Mas, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, já tive oportunidade de enviar correspondência a todos os Deputados daquela Casa, não só aos das Comissões, mostrando o que estudamos, vimos e o que acho que deve ser mudado nesse projeto dos bingos. Isso protegerá e dará igualdade e condição de ganho a essas pessoas que gostam de se divertir em casas de bingos, os quais já tivemos oportunidade de visitar em boa parte do mundo, ver a legislação que os regula lá e aqui no Brasil.

Sr. Presidente, deixo aqui algumas das sugestões que enviei ao Congresso. Gostaria de falar sobre elas em linguagem bem popular para que os Deputados, a Câmara Federal e os telespectadores da TV Assembleia identifiquem, assimilem e entendam o que vimos aqui hoje defender: que o bingo precisa ser legalizado, mas tem de ser fiscalizado. Tem de haver honestidade e transparência. Presidi a CPI dos Bingos nesta Casa, quando identificamos uma fraude muito grande dos empresários. A Polícia Federal buscava dois em Minas Gerais e, no Brasil afora, dez, que vinham aqui, com os seus bingos, ganhar dinheiro dos mineiros, mas aqui só deixavam dívidas. Foram presos 12 empresários, que estão pagando à Justiça. Foram identificados por esta Casa, com o trabalho deste Deputado, do Deputado Durval Ângelo e de outros Deputados. Sr. Presidente, não podemos deixar o bingo da maneira que está. Deveria constar no projeto que todas as pessoas que entrassem em casa de bingo fossem identificadas com inscrição de seu nome e CPF na porta de cada casa. Isso já existe em países como Espanha e Portugal, cuja fiscalização está bem evoluída. É preciso identificar jogadores, pessoas que se adentram em casas de bingo. Com essa identificação, estaríamos afastando marginais, espertalhões, pessoas que tentam usar de esperteza em um momento de fraqueza, no jogo. Com essa identificação na portaria de cada bingo, estaríamos identificando o jogador compulsivo, o que precisa realmente de tratamento, o jogador que deixa o trabalho para ir jogar bingo. Estaríamos patrocinando maior segurança dentro dessas casas para essas pessoas que gostam de frequentar salas de bingo, principalmente idosos que não têm compromisso com trabalho e ali gostam de se divertir. Gerar emprego é importante, mas mais importante é proteger quem gosta de jogar nessas casas. A minha opinião é uma só: proibir o computador, os jogadores comprar cartelas e colocar dentro de um computador. A D. Maria e o Sr. José, que ali irão passar o seu tempo, jogam com uma, duas ou três cartelas, e o laranja do proprietário da casa joga com 200, 300. Como se vê, é muito mais fácil ele ganhar o bingo que a D. Maria e o Sr. José, que gostam de marcar a cartelinha, manualmente.

O pessoal de Brasília não pode aprovar computador dentro de casa de bingo, porque, do contrário, a situação vai voltar a ser como antigamente: identificação das pessoas que entram e proibição do uso de computador. A impressão das cartelas teria de ser feita por um órgão oficial. Portanto, em Brasília não se pode aprovar um projeto assim, sem que haja autorização para que as cartelas sejam impressas por um órgão oficial, já que, dessa forma, a pessoa poderá pegar autorização sobre mil cartelas e mandar fazer 100 mil. Nesse caso, ela mandaria fazer 100 mil e pagaria imposto apenas sobre mil, o que não pode acontecer. Aliás, isso aconteceu no passado, e mostramos aqui, na CPI; vai acontecer de novo se o projeto for aprovado da maneira como está. É a terceira observação que faço desta tribuna. Não podemos aceitar caça-níqueis dentro dos bingos. Colocam-se essas máquinas na fila, logo na entrada das casas de bingo, onde as pessoas ficam esperando a rodada acabar para entrarem. A pessoa que está esperando na porta fica jogando nessa máquina, e ali o seu dinheiro vai todo embora. Não pode haver bingo com máquina. Sou favorável, sim, à legalização das máquinas, mas em casas de máquinas, onde gerariam empregos e seguranças ficariam incumbidos de proibir a entrada de menores. Com isso, as máquinas que estão em Belo Horizonte, espalhadas por toda a periferia da cidade, teriam lugar certo. O Sd. Pinheiro tomava conta do centro da cidade, onde apreendia as máquinas, que eram levadas para a periferia. Hoje, na periferia, essas máquinas caça-níqueis estão espalhadas por bares e padarias frequentadas por menores, e as Polícias Militar e Civil não fazem nada, nem o Ministério Público, que denunciou, fez e aconteceu. As salas de máquinas deveriam ficar em lugares onde menores não pudessem entrar e, durante o funcionamento, tinham de ficar fechadas. Ademais, elas deveriam ser interligadas a um computador central, deixando de ser programadas pelo proprietário. Isso, com certeza, geraria emprego e traria segurança para quem gosta de jogar em máquina e em bingo. O Brasil não pode aceitar mais isso.

Daqui a pouco, o Lula vai tomar outra cachaça e proibir o bingo de novo. Foi exatamente o que aconteceu na última vez, quando ele tomou a dele, ficou meio grogue, e se encheu desse negócio de bingo. Foi isso o que o jornal mostrou. Ele embolou a língua e acabou com tudo. Essa situação vai acontecer novamente, mas não podemos aceitá-la. Fiz uma correspondência para todos os Deputados, para toda a imprensa e para quem mais eu tiver a chance de enviá-la, contendo as alterações que, tenho certeza, terão de existir num projeto como esse. Se querem gerar emprego, renda e imposto, não conseguirão fazê-lo agindo dessa maneira. A situação anterior vai voltar, ou seja, uma minoria ganhará, os espertalhões passarão para trás uma população que gosta de jogo. Sou favorável à legalização do jogo no Brasil, mas defendo um jogo bem fiscalizado. Para terem ideia, Sras. e Srs. Deputados, somente um bingo, quando da CPI, estava em dia com todo o imposto cobrado que não foi pago no passado. Todos os impostos pagos ficaram por isso mesmo. Se, por exemplo, sou proprietário de um bingo e quero comprar as cartelas, devo pagar o imposto na hora, não posso pagá-lo depois, senão ele não será pago mesmo. Isso está acontecendo até hoje. Faço um pedido ao Ministério Público, ao crime organizado, ao Dr. André Ubaldino, à Dra. Cássia: que, juntamente comigo, mudemos essa situação. Hoje cedo tentei falar ao Ministério Público, mas o pessoal de lá começa a trabalhar só depois das 13 horas. Antes de vir para cá, tentei falar novamente, mas não consegui. Tentarei de novo, Sr. Presidente.

Para completar, gostaria de deixar bem claro, pela experiência, pelos estudos que tenho, por já ter acompanhado boa parte do mundo, por ter visto como funciona o jogo em países em que ele é legalizado, que é preciso alteração. As cartelas devem ser impressas por órgão oficial; o jogo de computador deve ser proibido, banido da sala, porque a pessoa joga com uma cartela, mas o computador joga com 400; a lista de jogadores deve ser diariamente afixada na portaria do bingo, o que afastará "laranjas". Todos se lembram perfeitamente de que existiam pessoas que ganhavam 10, 15, 20 vezes em um dia numa sala de bingo. Com isso, saberemos quem ganha e por que uma pessoa que já ganhou está ganhando duas, três, quatro vezes. Completando, Sr. Presidente, deve haver também proibição das máquinas "off-line" e a identificação de todas as pessoas que entrem nessas casas de bingo.

Com tranquilidade, repito, assomo a esta tribuna para mostrar que, no futuro, mais uma vez, essa fala ficará. Deixo bem claro que sou favorável à legalização do jogo no Brasil, mas que seja jogo honesto, bem fiscalizado, aos moldes do que existe em países que têm rigor na fiscalização. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados. Faço uma saudação muito especial aos que nos acompanham pelas galerias e pela TV Assembleia. Gostaria de abordar aqui dois assuntos, embora o tempo seja exíguo. O primeiro, que julgo ser o mais sério, diz respeito aos recursos destinados à saúde. Há mais de sete anos que discutimos aqui, denunciando que o governo do Estado de Minas Gerais vem desrespeitando a Constituição por não empregar os 12% na saúde. E, agora, o resultado é que Minas Gerais é o 2º Estado que menos investe nessa área. Minas só perde para o Rio Grande do Sul, governado por Yeda Crusius, também tucana. O percentual do Rio Grande do Sul não chegou a 4%; eles empregaram apenas 3,75%. Em Minas, o percentual foi de 7,9%. Isso demonstra o que é de fato um governo neoliberal: um governo que vira as costas para o povo e seus servidores, uma das formas de deixar o Estado mais fragilizado. A vida é nosso primeiro patrimônio e nossa maior riqueza; só depois de garantida a vida é que podemos realizar outras conquistas. Então, cuidar da saúde do povo, garantir-lhe qualidade de vida e saúde tem de ser prioridade, como sabe bem o Deputado Rêmolo Aloise, médico, especialista na área da saúde. Isso é essencial a qualquer governante. Mas o interessante é que, pelo menos nas emendas que fazíamos ao Orçamento, observávamos, às vezes, que não havia certidão para um Município, por ele não ter empregado o percentual determinado. E o Estado pode? O

próprio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais reconhece que o governo do Estado, o Executivo, não vem cumprindo a Constituição, mas não possui força para mudar essa situação, para puni-lo. Então, o atendimento à saúde vai mal, por falta de responsabilidade e compromisso do governo do Estado com o povo mineiro, bem como por ter ele outras prioridades. A prioridade do governo é o centro administrativo, que também vai levar - aliás, já está levando - muitas pessoas à doença, pela insegurança de logística. O que será dos servidores do Estado? Milhares de pessoas vão deslocar-se de diversos pontos para uma mesma área. Que estrutura haverá ali em termos, por exemplo, de escolas e creches? Essas pessoas planejaram toda a sua vida no lugar onde moram e, de repente, têm de mudar. Quanto transtorno na vida dos servidores! Ou seja, não é prioridade a saúde, como não é prioridade o servidor. Lembro que em nosso Estado há pessoas cujo piso salarial é de R\$330,00 ou R\$340,00.

Essa é a denúncia que trazemos. Que bom que estamos somando! Há sete anos o PT-PCdoB vem denunciando essa irresponsabilidade e falta de compromisso. Vemos aqui: "Verba da saúde paga almoço de preso e farda". Isso é uma grande irresponsabilidade! O que tem de estar em primeiro lugar é a vida do povo. O acesso à saúde, ao médico e aos medicamentos deve ser garantido; todavia muitos só conseguem ter acesso a determinados medicamentos a partir da ação da Justiça, e nem sempre há dinheiro. Isso acontece porque o dinheiro que deveria ser destinado à saúde está indo para outras áreas, está sendo investido em outros lugares. Esse dinheiro, por exemplo, está sendo investido em São Paulo, onde, em um gesto eleitoreiro, inauguraram uma casa ao custo de quase U\$3.000.000,00 para o governo do Estado. Fez-se tamanho investimento em uma casa naquele Estado, com a alegação de que ela será a integração de Minas com São Paulo. Ora, o diálogo com São Paulo deveria dar-se em outras áreas. Não é por aí, muito menos com esse gesto descaradamente eleitoreiro, por meio do qual o PSDB e o DEM planejam a campanha para 2010.

Essa tem sido a prioridade do governo estadual. Não bastasse a precariedade do Ipsemg, cuja contribuição é descontada no contracheque de todos os servidores, mas o acesso ao serviço não existe no interior. A saúde vai mal por falta de compromisso do governo, que não investe no ser humano. A pessoa significa muito pouco ou quase nada para este governo. Sempre é a mesma desculpa: a falta de regulamentação da Emenda à Constituição nº 29, promulgada em 2000. Com ou sem regulamentação, a determinação de se aplicarem 12% do total da receita corrente líquida é cristalina. O que falta é vontade política. Por que cobram do Município? Por que as próprias Secretarias só liberam recursos, no caso de emendas, se o Município tiver gasto o percentual exigido pela Constituição? O Estado não dá exemplo. Exige do outro, mas, de si mesmo, não.

Isso é uma vergonha. Às vezes sentimo-nos sem a força necessária. Que instrumento temos para mudar essa situação? Quantas pessoas morrem antes da hora por falta de atendimento médico? Muitos cristãos e católicos cometem o equívoco de dizer que fulano morreu porque chegou a hora. Não é verdade. Muita gente morre antes da hora por falta de acesso a médicos, medicamentos e exames. Precisam ficar meses e meses na fila para conseguir fazer um exame, porque o governo estadual não investe na saúde os recursos a ela destinados para garantir atendimento de qualidade às demandas. Isso é crime. O Estado deve ser responsabilizado por muitas mortes, pois desrespeita a Constituição negando um serviço essencial ao ser humano para a preservação da vida.

A restauração do Casarão, em São Paulo, custou em torno de R\$5.655.000,00. Grande parte desse recurso veio do governo do Estado. Para tantas causas há dinheiro, mas para garantir justiça não há.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento em que traz a verdade, que muitas vezes é escondida em Minas Gerais, onde as coisas são maquiadas. Às vezes, quando há programas importantes do governo federal, o Estado muda de nome. Temos visto muita coisa acontecer, e é de assustar, como no Norte de Minas, onde há problemas gravíssimos. Comunidades sem abastecimento de água, cidades que estão de pires na mão em virtude da queda do ICMS e do FPM. O governo federal já colocou, no primeiro semestre, R\$1.000.000.000,00 para repor perdas do Município, está colocando agora mais R\$1.000.000.000,00, e até agora o Estado não colocou nada para os Municípios pobres, que estão fechando postos de saúde e hospitais, parando serviços essenciais. O que se vê é o aparato da mão forte da fiscalização, da indústria da multa, da perseguição aos produtores, aos empreendimentos produtivos, aos assentamentos de reforma agrária, que não consegue avançar.

Quero parabenizá-lo, pois acho que V. Exa. está coberto de razão. Tantos Municípios precisando de ajuda, de recursos, e o governo, num gesto eleitoreiro, gastando, dos cofres do Estado, R\$5.000.000,00 para tirar foto ao lado de Ronaldinho, de artistas da Globo, para aparecer numa ampla campanha financiada com recursos do povo mineiro.

O Deputado Padre João* - Nobre companheiro, Deputado Paulo Guedes, são R\$5.000.000.000,00 que o Governador deixou de investir na saúde de 2003 a 2008. Quanta coisa poderia ser feita! Como V. Exa. disse, quantos hospitais estão sendo fechados e têm que fazer festival de prêmios, para não dizer bingo, e uma série de eventos para arrecadar fundos para garantir as portas abertas e atender o povo, com grande sacrifício, socializando recursos para garantir atendimento mínimo. E o governo do Estado deixa de investir R\$5.000.000.000,00 de 2003 a 2008. Isso é um desrespeito à vida e ao ser humano. Não podemos permitir o que vem acontecendo em Minas Gerais com o povo mineiro, sobretudo com os mais pobres, porque eles não têm condições de pagar um plano de saúde. Tenho certeza de que o Governador tem bom plano de saúde, que lhe garante assistência plena.

Sr. Governador, e o povo mais pobre, que não tem condições mínimas? Até servidores do Estado ganham menos de um salário mínimo! Temos de voltar o olhar para esse povo. Esse é o apelo que fazemos ao povo mineiro. Por uma questão de solidariedade a todo o povo brasileiro, não podemos permitir estender ao Brasil o que vem acontecendo em Minas Gerais. O desrespeito para com o povo, sobretudo para com os mais pobres. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público das galerias, boa tarde a todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia em várias cidades de Minas Gerais.

Estamos de volta à tribuna para comunicar a esta Casa e ao povo mineiro que, quinta-feira, como havíamos prometido, protocolamos na Casa o pedido da criação da CPI da indústria da multa.

Conseguimos o apoio de 26 Deputados, número necessário para que esta Casa abra essa investigação, visando pôr fim à indústria da multa e aos abusos cometidos pelo IEF em Minas Gerais, especialmente na região mais pobre de Minas, o Norte do Estado. Aguardamos agora que outros Deputados e companheiros assinem também esse pedido de CPI.

Agradeço as diversas manifestações de apoio que venho recebendo em todo o Estado e, neste momento, registro um manifesto publicado hoje em vários jornais de circulação do Estado, inclusive no "Hoje em Dia". (- Lê: -) "As entidades representativas dos produtores rurais do Norte de Minas solidarizam-se e parabenizam o Deputado Paulo Guedes, que, na última quinta-feira, protocolou o requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - para investigação da cobrança abusiva de multas ambientais no Estado. Tendo em vista que a nossa região concentra o maior número de autuações, clamamos os Deputados da bancada do Norte: Ana Maria Resende, Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Gil Pereira e Ruy Muniz para assinarem o referido requerimento, apoiando, assim, esta importante ação. Montes Claros, 14/9/2009. Sociedade Rural de Montes Claros, Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros, Associação dos Irrigantes do Norte de Minas, Associação dos Criadores de Gado de Corte do Norte de Minas - ACGC.".

Portanto, agradecemos todos esses manifestos de apoio. Ressalto que a nossa luta em defesa da instalação dessa CPI continua para que tudo venha a ser esclarecido. Não podemos admitir que o governo do Estado faça um acordo de resultados com a Secretaria de Meio Ambiente, de alta sustentabilidade, e que, por meio do IEF, essa Secretaria venha a escolher a região mais pobre de Minas, que é o Norte do Estado, para pagar o pato. É isso o que está acontecendo em nossa região. Um aparato nunca visto, com helicópteros e veículos traçados, foi utilizado para multar quem gera emprego, renda e oportunidade na região. Ao mesmo tempo, a segurança pública está ficando de lado. A violência impera no Estado, principalmente no Norte de Minas.

Na sexta-feira, Sr. Presidente, fui vítima de um assalto. Talvez tenha sido uma tentativa de sequestro ou mesmo de intimidação. Em Montes Claros, meu gabinete, que funciona no 10º andar do Edifício Herlindo Silveira, foi invadido por um homem armado, que trancou minhas funcionárias no banheiro, levando suas carteiras e celulares. Tudo ficou muito suspeito, porque não parecia um assalto. No andar térreo do mesmo prédio há relojoaria e lojas. É estranho que esse sujeito pegue o elevador para assaltar um escritório que fica no 10º andar. Lembramos que a 100m do prédio funciona o quartel da Polícia Militar e a Delegacia de Polícia Civil. É muita coragem para um assaltante só! Se é que realmente foi um assalto! Pode ter sido uma tentativa de intimidação.

Portanto quero usar esta tribuna também para pedir segurança - aliás, foi o que fiz na sexta-feira, ao ligar para o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Casa - para este parlamentar, que, de certa forma, se sente pressionado de todas as maneiras. Não sei se aquilo realmente foi um assalto ou uma forma de nos intimidar por nossa atuação na região.

Quero também aproveitar o momento para trazer a esta Casa mais uma denúncia contra a Cemig, que está quase parando em nossa região. No Norte de Minas, apesar de a região ser produtora de energia, de termos a Usina de Irapé e de contribuirmos com grande parte da energia gerada em Minas, por meio de Três Marias, no Rio São Francisco, a Usina de Pandeiros, entre outras, o Norte de Minas vive um apagão constante. Não pode haver um pingão de chuva nem ameaçar uma ventania, que as cidades do Norte de Minas ficam sem energia. Se as Prefeituras quiserem promover uma festa ou comemorar o aniversário da cidade, terão de contratar gerador, porque a energia em nossa região não aguenta, não é suficiente para tocar um som potente.

Recentemente, a Cemig recebeu muitos recursos do governo federal para implementação de um dos programas mais importantes do Brasil, o Luz para Todos. Nas ilhas do Rio São Francisco, em vez de colocar lá energia convencional, a Cemig instalou placas de energia solar. No entanto, compraram equipamentos de segunda categoria, que não funcionam. As pessoas ficaram alegres, ao receberem energia, mas, ao mesmo tempo, quando viram o que receberam, a tristeza foi generalizada em todas as ilhas do Rio São Francisco, pois as placas não funcionam, e as que funcionam apenas conseguem acender uma lâmpada. Assim, as pessoas não podem ter geladeira, televisão, som, que é o grande sonho de quem está recebendo o incentivo do Luz para Todos.

As placas das ilhas não funcionam, mas as cobranças da Cemig sim. As contas chegam no dia certo, mesmo sem funcionarem as placas.

O que tenho em mão são contas de energia das ilhas do Coculo, do Curimatar e do Capão, lá em Manga e em Matias Cardoso. As placas nunca funcionam, a energia não existe, mas a Cemig faz questão de todo mês lembrar às pessoas que têm uma conta para pagar. Há pessoas que se recusaram a pagar as contas por não terem energia, e sabem o que a Cemig fez? Está protestando e colocando essas pessoas no Serasa. Além disso, está cortando a energia das pessoas da cidade. Ou seja, quem tem uma casa na ilha e outra na cidade e deixa de pagar a conta da energia que não funciona na ilha, perde também a energia da cidade.

Então, gostaria de chamar a atenção aqui do Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig, para que tomasse providências. Primeiramente, deveria cumprir o que foi estabelecido no acordo com o governo federal, que seria colocar energia convencional, pois em momento algum ficou estabelecido que seria energia de placa solar. Sabemos que o governo federal está repassando quase R\$10.000,00 para cada ligação, porém a Cemig compra umas placas que nunca funcionaram, que nunca acenderam nenhuma lâmpada, e ainda tem a coragem de mandar cobrar das pessoas pobres que vivem nas ilhas, que não têm educação decente, saúde adequada nem segurança. Não há Estado lá.

Portanto, é isso o que está acontecendo na cidade de Manga, nas Ilhas do Curimatar, do Coculo, do Capão e em todas as ilhas do Rio São Francisco, bem como nos Municípios de Januária, Itacarambi, São Romão, Ibiaí, Pedras de Maria da Cruz.

Portanto, esperamos que a Cemig tenha pelo menos a decência de fazer vistoria no local para constatar que lá não há energia para ninguém, que aquelas placas não funcionam, aliás nunca funcionaram; que tenha a dignidade de tirar o nome dessas pessoas do Serasa e não mais corte a energia das pessoas, como vem acontecendo constantemente em Manga e em Matias Cardoso, onde recebi a denúncia e onde os ilheiros me passaram centenas de contas recebidas em nossa região. Contamos com o apoio, Deputado Antônio Júlio, V. Exa. que nos tem ajudado muito aqui em relação às cobranças abusivas contra os produtores da nossa região, contra a indústria da multa, contra a lentidão da Cemig, que só pensa em lucro. Uma empresa que lucra mais de R\$2.000.000.000,00 e ainda quer cobrar energia de pessoas que vivem na ilha e foram enganadas. A Cemig recebeu recursos do governo federal para colocar energia convencional, mas colocou placas que nunca funcionaram e ainda manda contas para as pessoas pagarem. São pessoas simples, que precisam do braço forte do governo.

Temos de tomar alguma atitude em relação a essas coisas. Por isso espero o apoio desta Casa, dos demais colegas Deputados, que se manifestem sobre isso, para assinar a CPI da indústria da multa, para colocar fim à perseguição de quem produz, de quem gera oportunidade e renda neste Estado.

Deixo aqui o nosso manifesto de indignação e o nosso pedido às autoridades da segurança pública do Estado para que me deem proteção, pois os funcionários do meu gabinete em Montes Claros estão em estado de choque. Este Deputado, de certa forma, está sem saber que atitude tomar. Esperamos que as Polícias Militar e Civil investiguem o caso de invasão do meu escritório na sexta-feira; da prisão das minhas funcionárias, que foram feitas reféns; se foi realmente um assalto ou intimidação a este parlamentar. Esperamos que tudo isso seja investigado e esclarecido para que possamos dar continuidade a um trabalho correto e sério que procuramos realizar em defesa de uma região carente, que precisa de investimentos. Por isso pedimos ao Governador. Temos mais de R\$500.000.000,00 na conta do Fhidro, oriundo de multas absurdas contra produtores rurais do Norte de Minas. Que o Governador tenha pelo menos um pouco mais de carinho com a nossa região, que devolva essas multas em investimentos para aquelas cidades carentes, que necessitam de recursos, para as Prefeituras que estão de pires nas mãos, ou utilize esses recursos para fazer, por exemplo, uma política para salvar nossos Municípios que estão com perdas abusivas do ICMS. Portanto, deixo aqui também algumas sugestões, para que o Governador tome providências em relação a isso. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho aqui para dar sequência ao pronunciamento do Deputado Paulo Guedes, parlamentar que, como nós, tem lutado e discutido, às vezes de forma inglória, o que está se passando com o homem do campo no nosso Estado. Precisamos continuar defendendo o homem do campo, do Norte, do Nordeste, da nossa região, que tem sido tratado como bandido por esse governo, pela Polícia Ambiental, pelo Judiciário, por Juízes de primeira instância e pelo Ministério Público também. Esses órgãos, essas entidades até hoje não entenderam que o homem do campo trabalha, luta no dia a dia e às vezes tem pouca renda para manter seu lar. São eles que levam alimentos para todos nós. Não podem, pois, ser tratados da forma como estão sendo. Digo isso, Paulo Guedes, porque o nosso discurso, as nossas lamentações em defesa do homem do campo têm tido resposta. Doutor Rinaldo, a região de Pará de Minas foi a mais atingida pela ação truculenta do Estado em cima do produtor rural. O Antônio Genaro conhece esta discussão. Sabe o que aconteceu lá,

Deputado Rêmoló Aloise? Disse às autoridades que lá estavam, o Diretor do IEF, o representante do Ministério Público, o Comandante da Polícia, que, se continuasse ocorrendo essa perseguição com o homem do campo, uma hora ele se juntaria, faria um levante contra as arbitrariedades que acontecem hoje no nosso país, em especial em Minas Gerais. O governo está confiscando 20% das terras. Isso parece golpe militar; parece que está sendo imposta a ditadura no nosso país, principalmente no nosso Estado, onde o governo confisca unilateralmente, sem pagar por isso, 20% das terras dos nossos produtores, sob a alegação de que é para reserva legal. Repito: em Pará de Minas, disse às autoridades que, a qualquer momento, o homem do campo faria uma revolução, faria como o MST: invadiria o IEF, o Ministério Público. Veremos no que vai dar. Ou terão de se armar para enfrentar a polícia com suas arbitrariedades e a falta de bom senso. Alguns ambientalistas dizem que temos de começar pela educação. Sabe que educação, Genaro, o governo do Estado oferece ao produtor rural quanto à preservação? Manda um policial armado de fuzil, metralhadora, pistola, para conversar. É essa a educação que se dá. A questão ambiental no nosso Estado passou a ser de arrecadação, e não de preservação. Ninguém está preocupado com a preservação em nosso Estado. Estão preocupados em criar critérios, formas de arrecadar, seja diretamente, por meio de taxas, seja indiretamente, por meio de multas. Deputado Padre João, houve um caso que passou despercebido, mas faço questão de levantar esta polêmica sempre: quando criaram o Sistema Integrado de Meio Ambiente - Sisema -, foram a São Tomé das Letras fazer fiscalização e cometeram as maiores arbitrariedades, invadiram casas, propriedades, indústrias e empresas. Chegou ao ponto de a população sentir-se acuada e reunir-se na praça, armada de porrete, para enfrentar a fiscalização que lá estava. Isso é recente, aconteceu há mais ou menos quatro anos. Já li e apresentei documentos aqui mas, infelizmente, por ser um documento com mais laudas, não tivemos tempo nem preocupação de ler. E sabem o que aconteceu? O governo do Estado, visando abafar o levante que houve em São Tomé das Letras, mandou daqui dois helicópteros e não sei quantos aviões para pousarem em Varginha e tentarem administrar o conflito armado. O conflito foi armado pelo sistema. É isso o que vai acontecer com o homem do campo, que está tão acuado que, em algum momento, vai ter de reagir. A situação é mais ou menos igual a de um gato que, ao se sentir acuado, pula na sua goela. É isso que precisamos evitar. Para tanto, temos de continuar discutindo. O jornal "O Tempo" resolveu fazer algumas matérias a respeito de questões ambientais. Há mais de um ano estamos debatendo essa questão nesta Casa, e há mais de um ano não se fala nada em nenhum órgão de imprensa, porque o governo do Estado, que mantém a ditadura, a mordada da imprensa, não deixa que nada aconteça. Foi necessário o jornal "O Tempo" levantar essa questão, falar dos absurdos que acontecem no Jaíba. Estive lá, pessoalmente, e vi que não se consegue plantar nada porque o sistema não deixa. Foi feito um projeto para o plantio, e agora não se pode plantar. Nos canais de irrigação, estão exigindo que seja preservado 30m de cada lado, mas os lotes têm apenas 30m. Vão plantar onde? Só se plantarem na lua! Deve haver, então, outro sistema de plantio que ainda não conhecemos. Meia dúzia de pessoas ficam em gabinetes inventando ONGs de preservação ambiental, falando que vão preservar, mas não estão preservando nada. Querem continuar mamando nas multas que são aplicadas hoje, na sua maioria irresponsavelmente, e que são direcionadas a essas ONGs que mantêm meia dúzia de pessoas que dizem defender o meio ambiente. Que defendendo o meio ambiente que nada! Estão usando essa alegação para se valorizarem e obterem benefícios. O Governador, por causa de pressão feita pelo jornal durante uma semana, demitiu uma pessoa do IEF. Porém não é apenas no IEF que estão os grandes problemas. O sistema de licenciamento ambiental precisa passar por uma revisão. Se uma pessoa possuir qualquer empreendimento e não tiver uma empresa ligada ao sistema, não conseguirá o licenciamento. Só se consegue licenciamento se se estiver ligado ao governo. Os projetos dos empresários mais ligados ao governo têm todas as facilidades. Relembrarei aqui o caso da Mina Capão Xavier, que ignorou toda a legislação ambiental, descumpriu tudo o que existia, mas conseguiu o licenciamento. Por quê? Porque o governo tinha interesses. Aliás, Deputado Rêmoló Aloise, conseguimos embargar a Mina Capão Xavier na Justiça, mas o caso foi para Brasília, para o STF, e o Ministro está sentado em cima dele até hoje, por ordem do Governador Aécio Neves, que entrou como interessado na ação, alegando que aquilo era de interesse econômico e financeiro do Estado de Minas Gerais. Até hoje não foi julgado o mérito. Deputado Padre João, sabe por quê? Porque vão chegar à conclusão de que a questão do licenciamento ambiental da Mina Capão Xavier, da MBR, que hoje é da Vale do Rio Doce, foi a maior falcatura. Por isso o mérito não pode ser julgado, e é isso que me deixa revoltado. Enquanto os grandes têm tudo, o pequeno produtor familiar tem de pagar imposto para vender seus produtos à Conab, tem que seguir à risca a legislação ambiental e o que a polícia e o IEF determinam. Se o cidadão, por exemplo, precisa cortar uma árvore, o fiscal do IEF vai ao local da forma que quer e quando bem quer. Então isso precisa ser revisto. É necessário que a Assembleia Legislativa assuma papel de importância. Espero que a CPI, para qual estão sendo colhidas as assinaturas pelo Deputado Paulo Guedes, progrida nesta Casa. Precisamos passar isso a limpo, até para proteger o Governador Aécio Neves. Disse para o Deputado Mauri Torres, Líder do Governo: "Mauri, há dois anos, estou-lhe dizendo sobre os problemas no IEF e no sistema ambiental em Minas Gerais. Uma hora isso explodirá". Há pessoas que acham que, pelo fato de fazerem parte do governo, podem fazer tudo. Com isso perderam o senso do limite e da responsabilidade, porque têm a certeza de que não serão punidas pelo Ministério Público, que não há ação alguma na Justiça, que a imprensa não divulgará nada, pois quem manda as matérias para lá é o próprio governo. Então se pode fazer tudo; mas isso uma hora acabará, porque os absurdos começam a ficar enormes. Uma hora explodirá, Deputado Paulo Guedes. O que está fazendo no Norte de Minas é um absurdo. Aquela população precisa juntar-se e fazer um levante contra o que está acontecendo. Enquanto beneficiam os plantadores de cana no Triângulo Mineiro, prejudicam o produtor rural do Norte de Minas. Quando o produtor de cana precisa de área de preservação, vai ao Norte de Minas e compra área para compensar.

Então as coisas estão equivocadas, de cabeça para baixo. A Assembleia precisa ter responsabilidade. Faço um apelo aqui ao jornal "O Tempo": continue essa matéria, pois estará ajudando não só o Governador, mas também o povo mineiro, as pessoas mais simples deste Estado. Os ricos, os ricos, os que têm esquema na Fiemg, na Secretaria de Meio Ambiente não precisam de nada, pois já têm tudo. Agora, o pequeno produtor está altamente sacrificado, é tratado como bandido. É o que estava acontecendo em Pará de Minas, Paulo Guedes. Numa reunião nossa, quando discuti isso numa linha semelhante a essa, um produtor rural se encorajou, levou a mão em direção ao Promotor e lhe disse: "Doutor, o senhor me humilhou, me desafiou, não me respeitou, não me deixou falar. Agora, aqui, o senhor vai me ouvir". Isso me encheu de alegria, por ver que já está começando a haver reação, mesmo que seja de uma pessoa. Toda revolução que conhecemos pela história foi iniciada por uma pessoa, pelo comandante. É para isso que estou alertando, Paulo Guedes, no momento em que V. Exa. traz esse tema ao Plenário. Uma hora isso explodirá; uma hora o povo que está acuado, lá na roça, sofrido, reagirá. Basta aparecer uma liderança que faça toda essa movimentação. Não estão aguentando mais essa forma de agir do Governador do Estado, por meio dos seus órgãos.

Todo mundo diz, eu mesmo já cheguei a dizer, que o Governador não tem nada a ver com isso. Agora estou chegando à conclusão de que tem tudo a ver, porque não toma as providências necessárias. Tomou providência quando o jornal "O Tempo" levantou esse assunto. Volto a dizer que o problema não está apenas no IEF. Lá é grave. Esse órgão, Deputado Paulo Guedes, não aguenta a primeira reunião. É esse o medo da base do governo quanto à instalação da CPI. Digo, com muita tranquilidade, que não aguenta a primeira reunião. Digo também com propriedade, porque participei da comissão da Mina Capão Xavier. Tive as mesmas ameaças que V. Exa. teve. Tive de andar com segurança. Várias vezes, saí da Assembleia escoltado pela polícia até minha casa. As ameaças eram muitas. Não conseguimos identificá-las. Às vezes, achamos que não corremos perigo e vamos levando, mas sabemos que mexer com essa gente não é fácil, pois os interesses são muito grandes. Nesse caso ambiental em Minas Gerais, há muita gente mamando nessa teta; e tem dado bons resultados, como aquelas vacas leiteiras. Não querem largar essas tetas e querem, por meio da intimidação, que paremos de falar, de levantar essas questões. Não me calarei. Estou fazendo um relatório, aproveitando até o que foi divulgado pela imprensa. Provarei que o que a imprensa mostrou, culminando com a queda do rapaz do IEF, não é praticamente nada. Eu lhes mostrarei o que está e continua acontecendo.

Temos de estar aqui, Paulo Guedes, em trincheira, na defesa do produtor, alertando mais uma vez que, do jeito como estão fazendo, confiscando terras do produtor rural, está complicado. Os 20% são confisco; se o governo não paga, está confiscando, porque é um direito do camarada na sua propriedade. Tiram 20% para isso, mais não sei quanto de área de preservação permanente. Então uma hora isso terá de acabar, Deputado Hely Tarquínio. V. Exa. é do interior, por isso conhece essas dificuldades dos produtores, também porque recebe essas demandas. Repito: uma hora isso explodirá. Teremos uma grande revolução no campo: não de produção, mas em defesa do patrimônio do homem do campo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos que nos acompanham pela TV Assembleia, gostaria inicialmente de trazer informações de uma audiência pública que acabamos de realizar na cidade de São João del-Rei. Informo aos demais colegas desta Casa que foi uma audiência extremamente positiva, não apenas a meu ver, mas também de todos os colegas Deputados que lá estiveram, assim como de Prefeitos e de Vereadores que nos receberam, da Sra. Jânia Costa, Presidente da Câmara, do Prefeito Nivaldo e de outras lideranças presentes. Fomos tratar de assuntos relativos à saúde que interessam não somente a São João del-Rei, mas a toda a região

de Campo das Vertentes. Dois pontos básicos nortearam o debate. Um deles foi a proposta de minha iniciativa de discutir a necessidade, a conveniência, e mais do que isso, a justiça de estabelecer que São João del-Rei seja elevada, seja tratada como sede de macrorregião de saúde, e não de microrregião, como acontece hoje.

Outro assunto que foi proposto a pedido da Câmara Municipal de São João del-Rei e encaminhado nesta Casa pelo Deputado Délio Malheiros, para que debatêssemos a conveniência: possibilidade de criação de um hospital público regional em São João del-Rei. Os assuntos se complementam e dizem respeito à saúde pública. A Comissão de Saúde prontamente atendeu nosso pedido e, liderada pelo Deputado Carlos Mosconi, seu Presidente, marcou audiência, e fomos a São João del-Rei para debater esses dois assuntos.

Venho lutando há muito tempo por esse assunto. É bom que a gente tente traduzir em poucas palavras para quem nos acompanha por que essa minha preocupação de elevar São João del-Rei à condição de sede de macrorregião. Por que elevada? Porque é um "status" que dará a São João del-Rei condição de receber um volume maior de recursos para aplicação na área da saúde.

Minas Gerais, a partir do governo Aécio, se organiza no que se refere às ações básicas de saúde, especialmente no que diz respeito aos investimentos que o Estado faz em programas como o Pro-Hosp, o Viva a Vida e outros; enfim, organiza-se em um planejamento descentralizado, regional, de saúde. Esse planejamento descentralizado é representado por macrorregiões de saúde. Cada macrorregião tem uma sede ou uma cidade-pólo como sede. Por sua vez, a macrorregião é subdividida em microrregiões; cada microrregião tem também uma cidade como sua sede. Quando são destinados recursos a um programa como o Pro-Hosp, por exemplo, a sede da macrorregião receberá volume de recursos proporcional ao número de habitantes da macrorregião. Um exemplo é a macrorregião de Divinópolis, que eu e o Deputado Rinaldo Valério tão bem conhecemos. Essa macrorregião, por sinal, foi criada no primeiro ano do nosso mandato na Assembleia; ela não existia porque estava incorporada à macrorregião Central do Estado. Ela foi criada e já nasceu com mais de 1 milhão de habitantes na sua base. Para distribuir o dinheiro para aplicação de recursos em programas como o Pro-Hosp, por exemplo, calcula-se o volume de recursos que será destinado à região com base no número de habitantes - por exemplo, 1 milhão de habitantes no Centro-Oeste - multiplicado por um valor em dinheiro, que é o volume para ser aplicado no Estado inteiro, dividido pela população de todo o Estado. Assim, acha-se o valor "per capita". Suponhamos que o valor seja R\$3,00 "per capita", para efeito do Pro-Hosp. Então, 1 milhão vezes 3 dá R\$3.000.000,00. Esse é um exemplo simplificado de como se fazem esses investimentos.

Em relação à microrregião, calcula-se a população da microrregião, que, obviamente, é menor. No Campo das Vertentes, onde está São João del-Rei, que corresponde à macrorregião Centro-Sul, há um pouco menos de 1 milhão de habitantes. A sede da macrorregião é Barbacena, que recebe investimentos referentes a todos os habitantes da macrorregião. Portanto, a própria população de São João del-Rei e a de todas as outras cidades são levadas em conta no momento de calcular o volume de dinheiro que é destinado a Barbacena pelo programa Pro-Hosp, devido ao fato de ela ser sede da macrorregião.

São João del-Rei, por sua vez, é sede da microrregião de São João del-Rei, mais uma meia dúzia de cidades, algo em torno de 200 mil habitantes, perfazendo um valor "per capita" até um pouco menor. No final das contas, 200 mil habitantes geram, por ano, um valor provavelmente da ordem de uns R\$400.000,00, que serão divididos entre dois hospitais, que acabam ficando em uma penúria danada.

Por que defendemos que seja elevada São João del-Rei à condição de sede de macrorregião? Porque ela também atende a alta complexidade, a exemplo de Barbacena. É verdade que em condições mais difíceis e precárias. Atende em oncologia, em nefrologia. Tem CTI e realiza cirurgias em pessoas não só de São João del-Rei, mas de toda a região.

Portanto, para ali se dirige uma importante carga de serviço de toda a macrorregião, mas não chega dinheiro suficiente para ajudar a custear tanto a Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei quanto o Hospital Nossa Senhora das Mercês, dois hospitais filantrópicos que atendem pelo SUS e que recebem muito pouco dinheiro do Pro-Hosp, porque a cidade não é considerada sede de macrorregião.

O que estou querendo é algo anormal? Não. Em várias macrorregiões só existe uma sede, isto é, uma cidade com estrutura de baixa, média e alta complexidades, que é a cidade-referência para toda a macrorregião. Entretanto, existem algumas macrorregiões, no Sul de Minas, por exemplo, que o Deputado Rêmoló Aloise conhece tão bem, com capacidade de atendimento, como é o caso de Varginha e Poços de Caldas, cidades até próximas a sedes de macrorregião, ou melhor, elas estão na mesma macrorregião. Ambas recebem recursos como sedes de macrorregião; portanto, dividem o bolo do dinheiro do Pro-Hosp e de outros programas de forma mais equilibrada.

Com isso, levamos essa reivindicação ao Secretário de Saúde, há um bom tempo. Venho teimando em que isso não é justo. Quando me dizem que a estrutura de Barbacena está melhor que a de São João, eu respondo que ela não só está melhor, mas que vai continuar melhor e vai ficar cada dia melhor, pois São João recebe cada vez menos.

A população, não só de São João del-Rei como também das cidades vizinhas, não vai a Barbacena, até porque não consegue atendimento pleno, de alta complexidade, nessa cidade. Portanto, não queremos fazer com que São João comece a competir com Barbacena, prejudicando-a, mas que uma cidade complemente a outra. As duas são importantes, precisam do investimento público e o merecem. Não queremos tirar dinheiro de Barbacena e, sim, fazer com que se atenda adequadamente à população de São João del-Rei e da região do entorno. Isso é possível e já existem outras macrorregiões desse jeito.

Hoje o debate foi extremamente proveitoso, já que tivemos oportunidade de explicar o que agora estou informando à Assembleia, embora de maneira mais resumida. Pudemos explicar detalhadamente que justificativa técnica existe, faltando apenas vontade política, ou seja, esforço conjunto para que isso aconteça. Nesse caso, não existe bandeira partidária, mas a bandeira da saúde pública.

Como dizia, a população de São João del-Rei, quando tem alguma dificuldade, acaba vindo para Belo Horizonte. Nasci em São Tiago, que fica bem pertinho de São João, e se alguém na minha cidade não consegue, no pequeno hospital que lá existe, ser atendido adequadamente, essa pessoa irá buscar socorro em São João e não em Barbacena. E se porventura em São João os leitos estiverem lotados, os doentes acabarão vindo para Belo Horizonte. Por isso digo que precisamos oferecer esse atendimento em São João e não em Belo Horizonte. Só em último caso é que seria oferecido aqui. Como existem dois hospitais na cidade, é preciso que o investimento chegue para estruturá-los.

O debate da criação de um novo hospital também é extremamente importante, e o Presidente da Comissão de Saúde entendeu por bem fazer o debate dos dois temas na mesma audiência pública, dada a dificuldade de deslocar, por duas vezes, a Comissão da Assembleia. Embora esses dois assuntos se complementem, não são iguais. Elevar São João à condição de macrorregião é algo realizável, e temos de nos unir para que isso ocorra o mais rapidamente possível. Já construir um novo hospital requer um estudo mais aprofundado, por duas grandes razões. A primeira, é que lá já existem duas unidades hospitalares, e por isso é preciso averiguar se a construção de uma terceira não irá conflitar com as outras. A segunda é que é preciso investigar se vale a pena investir mais nessas duas unidades hospitalares que já existem, até porque as duas são filantrópicas e porque, como é óbvio, o custo será mais elevado. Fato é que nem por isso deixamos de debater o assunto e de lutar por essa causa, pelo contrário, também queremos a ampliação da oferta de leitos, do número de leitos, já que esses dois hospitais são pequenos e, como São João é uma cidade histórica, estão instalados em prédios antigos, sem perspectivas de ampliação. Essa é uma limitação das cidades históricas, já que o próprio Patrimônio Histórico dificulta essas mudanças. Aliás, não podemos tirar a razão do Patrimônio Histórico, instituição de valor incomensurável. O patrimônio protegido gera o turismo e tem o seu valor intrínseco de cultura imaterial, que não se limita à fachada dos prédios, mas estende-se a sua história.

Por outro lado, às vezes isso se torna incompatível com a ampliação, com o desenvolvimento. Então, torna-se perfeitamente razoável a discussão sobre construir um hospital moderno, com todas as condições para um bom atendimento à população. Esses foram os dois grandes temas a respeito dos quais percebemos uma comunhão de propósitos por parte de todos os Deputados que ali estavam.

Pude testemunhar algumas situações comoventes. Uma delas foi a de uma senhora que tinha um tumor na bexiga. Ela veio a público fazer um apelo desesperado, num gesto de humildade, passando por cima do constrangimento de se expor, de expor o seu próprio problema, para que a ajudássemos a conseguir uma cirurgia, porque ela não sabia se estaria com vida se esperasse na terrível fila do SUS. Outras pessoas também nos procuraram, na mesma linha, mostrando que a situação é precária, crítica.

Ficamos tristes de ver que o Congresso Nacional, que a Câmara Federal não votam a regulamentação da Emenda nº 29, aprovada há quase uma década. Já faz tempo. Infelizmente, há uma inércia, ou fazem uma proposta indecorosa: "Aprovaremos a regulamentação, mas criaremos, mais uma vez, mais um imposto para o povo brasileiro". Como se a solução fosse essa. Já ficou provado no passado que não é; que a solução é ter vontade política, clara, de querer investir na saúde, o que é necessário para garantir ao povo brasileiro o que a Constituição prega: a saúde é um direito de todos.

Esse não é nenhum discurso partidário ou político: basta acessar o "site" do próprio governo e verificar a sua receita: a arrecadação do governo federal cresceu sistematicamente, todo ano, mesmo com a extinção da CPMF. Extingue-se a CPMF, e então, Deputado João Leite, está aí a justificativa para não se aplicar dinheiro na saúde, já que a receita caiu. Mas não, a receita do governo federal aumentou, e mais que a inflação. Há dinheiro, mas não há vontade política. Para não se dizer que o governo não regula, usa-se a desculpa de que só haverá regulamentação se a Câmara votar a favor de mais um imposto. Como se faltasse dinheiro! V. Exa., há poucos dias, com o Deputado Carlos Mosconi, trouxe aqui, para o povo brasileiro, um alerta. Numa decisão autocrática, para não dizer autoritária - mas isso quer dizer a mesma coisa -, o Presidente da República disse: "Decidi que compraremos da França. Não precisa de licitação, não precisa verificar quem oferecerá melhor preço, melhor tecnologia. Almocei com o Presidente da França, gostei da prosa. Temos R\$38.000.000.000,00 e compraremos submarinos nucleares". Para isso há dinheiro. Quando se fala em mais R\$10.000.000.000,00 para a saúde, que seria o necessário para equilibrar - só o que estão querendo gastar agora, sem licitação, para armamento, daria para quatro anos de mandato, quase que um mandato inteiro -, dizem que não há dinheiro.

A audiência foi positiva, mas infelizmente sabemos que precisaremos lutar muito para elevar São João à condição de "macro" e receber mais dinheiro - será preciso lutarmos para arrumar o dinheiro -, como também será necessário enfrentar a dificuldade para a construção de mais um hospital. Mas continuaremos lutando.

Obrigado, Sr. Presidente. Vejo que o meu tempo se esgotou. Agradeço a V. Exa. a cessão da palavra.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 21/9/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando Luis Mario Giuliani do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Vitor Vinicius da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

nomeando Manoel Marcelino Lorena Júnior para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

nomeando Paulo Antônio da Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando Rita de Cássia Silva do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência;

nomeando Vitor Vinicius da Silva para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratadas: Líder Táxi Aéreo S.A., Air Brasil e ABC Táxi Aéreo S.A. Objeto: fretamento de aeronave. Objeto deste aditamento: unificação dos contratos CTO 73/2009 e 74/2009.

ERRATAS

Matéria votada na 55ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão legislativa ordinária da 16ª Legislatura, em 4/8/2009

Na publicação da Matéria Votada em epígrafe, verificada na edição de 6/8/2009, na pág. 46, col. 2, onde se lê:

"Em 2º turno: Projetos de Lei nºs 742/2007, do Deputado Carlin Moura, na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3", leia-se:

"Em 2º turno: Projetos de Lei nºs 742/2007, do Deputado Carlin Moura, na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 3, exceto a supressão do inciso XII a que se refere a Emenda nº 2".

ATA DA 55ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/8/2009

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 7/8/2009, na pág. 76, col. 4, no "Sumário", onde se lê:

"Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 742/2007; requerimento do Deputado Padre João; deferimento; votação do projeto, salvo emendas e destaque; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação do inciso XII do art. 1º do vencido em 1º turno; aprovação; votação das Emendas nºs 1 a 3; aprovação; declaração de voto", leia-se:

"Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 742/2007; requerimento do Deputado Padre João; deferimento; votação do projeto, salvo emendas e destaque; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação do inciso XII do art. 1º do vencido em 1º turno; aprovação; prejudicialidade da supressão do inciso XII a que se refere a Emenda nº 2; votação das Emendas nºs 1 a 3, salvo a supressão do inciso XII, a que se refere a Emenda nº 2; aprovação; declaração de voto".

Na pág. 77, col. 1, no corpo da ata em epígrafe, onde se lê:

"Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 742/2007, do Deputado Carlin Moura, que institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta. Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João solicitando a votação destacada do inciso XII do art. 1º do vencido em 1º turno. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emendas e destaque. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, o inciso XII do art. 1º do vencido em 1º turno. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 3. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 742/2007 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3. À Comissão de Redação", leia-se:

"Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 742/2007, do Deputado Carlin Moura, que institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta. Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João solicitando a votação destacada do inciso XII do art. 1º do vencido em 1º turno. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emendas e destaque. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, o inciso XII do art. 1º do vencido em 1º turno. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica prejudicada a supressão do inciso XII a que se refere a Emenda nº 2. Em votação, as Emendas nºs 1 a 3, salvo a supressão do inciso XII a que se refere a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 742/2007 na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 3, exceto a supressão do inciso XII a que se refere a Emenda nº 2. À Comissão de Redação."

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 742/2007

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 14/8/2009, na pág. 58, col. 4, onde se lê:

"aprovado no 2º turno, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 ao vencido no 1º turno", leia-se:

"aprovado no 2º turno, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 ao vencido no 1º turno, exceto a supressão do inciso XII do art. 1º, a que se refere a Emenda nº 2".

Na mesma página e coluna, na redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 742/2007, incluía-se o seguinte inciso XI:

"XI - cadastramento, com o fim de garantir passe livre no transporte coletivo aos portadores de epilepsia e a um acompanhante, quando necessário, para consultas médicas, psicológicas e encontros promovidos por associações de epilepsia."

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/9/2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 17/9/2009, na pág. 70, col. 1, sob o título OFÍCIOS, onde se lê:

"Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.595/2009, da Comissão de Segurança Pública", leia-se:

"Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.595/2009. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.595/2009.)".